

A herança do passado

Reabilitação do Mosteiro de Santa Maria de Seça

Tânia Domingues Matias

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura
mestrado integrado

Orientador: Prof. Doutor Tiago Cardoso de Oliveira

junho de 2022

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Doutor Tiago de Oliveira, pelo o apoio, conhecimento partilhado e dedicação que deu ao longo de todo esta dissertação de mestrado.

Aos meus pais, Alcides e Cristina, e à minha irmã, Diana, pelos princípios que me transmitiram, que sempre me deram força, apoio e amor para alcançar tudo o que pretendo e nunca desistir.

Ao Julien, pela paciência, pelo carinho e motivação.

À minha família, que sempre me apoiou incondicionalmente.

Aos amigos, pela amizade de todos estes anos, pelo o apoio e por me acompanharem em todos os momentos importantes.

À Covilhã, que para além de novas amizades, ajudou-me a crescer e mostrou-me que por muito que o caminho seja difícil um dia valerá a pena.

A todos que se cruzaram comigo, e que de uma forma ou de outra, contribuíram para a pessoa que sou hoje.

Obrigada!

Resumo

A presente dissertação tem como tema principal a Reabilitação do Património. Neste caso, pretende-se intervir no Mosteiro de Santa Maria de Seiça, na zona da Figueira da Foz, propondo uma intervenção arquitetónica que reabilite e requalifique o mosteiro bem como a sua envolvente.

A proposta passa pela reabilitação da zona do mosteiro, com um intuito de criar um espaço cultural, a fim de dar a conhecer a história do edifício e a cultura da região, e a criação de uma pousada, onde procuramos introduzir o turismo para a dinamização do lugar de Seiça. Toda a área envolvente ao Mosteiro, assim como a ligação à Capela de Santa Maria de Seiça também serão requalificados.

Pretende-se abordar conceitos como a memória, o património e a reabilitação, com a intenção de perceber a identidade do Mosteiro de Seiça, uma vez que o ele não foi somente um Mosteiro, mas também foi edifício de habitação e fábrica de descasque de arroz. Só com a compreensão da história do Mosteiro e da sua envolvente é possível propor uma nova vivência, potencializar a edificação e o lugar.

Em suma, pretende-se propor uma solução para minimizar a perda do património, reabilitando-o de forma a trazer turismo dinamizando a região, respeitando e valorizando a memória do Mosteiro de Santa Maria de Seiça.

Palavras-chave

Memória; Património; Reabilitação; Mosteiro de Santa Maria de Seiça

Abstract

The present dissertation will address, as its main theme, heritage rehabilitation. This thesis, particularly, is focused on redesigning and rehabilitating a monastery, located in the area of Figueira da Foz, the Mosteiro de Santa Maria de Seíça, as well as its surroundings.

This proposal intends to rehabilitate the Monastery's area, enabling the edification of a cultural space that will publicize not solely this region and its history and culture, as well as promote tourism for a more dynamic Seíça's region. Both the area surrounding the monastery and the connection it has to Capela de Santa Maria de Seíça will be refurbished.

The purpose behind this dissertation is to approach concepts such as memory, heritage and patrimony and in doing so build the identity of Mosteiro de Seíça, which was not only a mere monastery but a housing building and a rice paddy factory. Only through the history surrounding this monastery is it possible to propose a new experience and a rebuilding.

In essence, the main objective is to design a solution that minimizes heritage loss. Through rehabilitation, tourism became a potentially way to dynamize the area in question, allowing the appreciation and respect of Mosteiro de Santa Maria de Seíça.

Keywords

Memory;Patrimony;Rehabilitation;Mosteiro de Santa Maria de Seíça

Índice

1. Introdução	2
1.1 Enquadramento e objetivos	2
1.2 Estrutura da dissertação	4
2. (Re)habitar o património	6
2.1 memória e identidade na arquitetura	6
2.2 Património e monumento: o conceito	9
2.3 Reabilitar o património	11
2.3.1 Estudos de caso	16
3. O Mosteiro de Santa Maria de Seça	27
3.1 Seça: enquadramento geográfico	28
3.2 As lendas envolvidas na origem	29
3.3 A capela	31
3.4 A Ordem de Cister	32
3.5 O Mosteiro de Santa Maria de Seça	34
3.6 A fábrica	36
3.7 O espaço arquitetónico do mosteiro	38
3.8 A ruína nos dias de hoje	41
4. A intervenção – proposta arquitetónica	43
4.1 A premissa programática e conceptual	43
4.1.1 Programa	44
4.2 O projeto	45
4.2.1 Existente	45
4.2.2 A proposta	46
4.2.3 Materialidades	56
5. Conclusões	58
6. Bibliografia	59
7. Apêndices	62
7.1 Levantamento fotográfico pela autora	62
7.2 Imagens da maquete da proposta	71
8. Anexo	74
8.1 A lenda do abade João	74
8.2 A lenda de D. Afonso Henriques	80
8.3 Carta de Couto	83
9. Desenhos técnicos	85

9.1 Lista de desenhos	85
9.2 Peças desenhadas	86

Lista de Figuras

Figura 1 – Esquema dos princípios arquitetónicos

[Fonte: GRACIA, de Francisco. (1992). *Construir en lo construido. La arquitetura como modificación*. Madrid. Nerea]

Figura 2 – Pousada de Santa Maria do Bouro

[Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira>]

Figura 3 – Corte 01, Pousada de Santa Maria do Bouro

[Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira>]

Figura 4 – Piso 1, Pousada de Santa Maria do Bouro

[Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira>]

Figura 5 – Suite, Pousada de Santa Maria do Bouro

[Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira>]

Figura 6 – Claustro, Pousada de Santa Maria do Bouro

[Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira>]

Figura 7 – Corredor acesso quartos, Pousada de Santa Maria do Bouro

[Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira>]

Figura 8 – Pousada Flor da Rosa, vista aérea

[Fonte: <https://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/2012/04/flor-da-rosa.html>]

Figura 9 – Planta piso antes da intervenção, Pousada Flor da Rosa

[Fonte: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=4573]

Figura 10 – Planta piso depois da intervenção, Pousada Flor da Rosa

[Fonte: <https://arquiteturaportuguesa.blogspot.com/2021/09/carrilho-da-graca.html>]

Figura 11 – Fachada principal, Pousada Flor da Rosa

[Fonte: <https://www.booking.com/hotel/pt/pousada-flor-da-rosa.pt>]

Figura 12 – Distinção entre o novo e o existente, Pousada Flor da Rosa

https://www.carrilhodagraca.pt/flor_da_rosa

Figura 13 – Novo volume, Pousada Flor da Rosa

[Fonte: <http://andessemparar.blogspot.com/2011/01/pousada-flor-da-rosa-crato.html>]

Figura 14 – Fachada principal do Colégio da Trindade

[Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/876540/reabilitacao-do-colegio-da-trindade-aires-mateus>]

Figura 15 - planta piso 0, Colégio da Trindade

[Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/876540/reabilitacao-do-colegio-da-trindade-aires-mateus>]

Figura 16 – planta piso 1, Colégio da Trindade

[Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/876540/reabilitacao-do-colegio-da-trindade-aires-mateus>]

Figura 17 – percepção da entrada de luz natural, Colégio da Trindade

[Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/876540/reabilitacao-do-colegio-da-trindade-aires-mateus>]

Figura 18 – Corredor de acesso, Colégio da Trindade

[Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/876540/reabilitacao-do-colegio-da-trindade-aires-mateus>]

Figura 19 – Igreja restaurada no Colégio da Trindade

[Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/876540/reabilitacao-do-colegio-da-trindade-aires-mateus>]

Figura 20 – Novo elemento no segundo piso

[Fonte:<https://www.archdaily.com.br/br/876540/reabilitacao-do-colegio-da-trindade-aires-mateus>]

Figura 21 - Novo elemento no segundo piso

[Fonte:<https://www.archdaily.com.br/br/876540/reabilitacao-do-colegio-da-trindade-aires-mateus>]

Figura 22 – Mosteiro de Santa Maria de Seça

[Fonte: Fotografia e edição pela autora]

Figura 23 – Acesso viário para o Mosteiro de Santa Maria de Seça

[Fonte: Fotografia e edição pela autora]

Figura 24 – Acesso viário para o Mosteiro de Santa Maria de Seça

[Fonte: Fotografia e edição pela autora]

Figura 25 – Capela de Seça

[Fonte: Fotografia e edição pela autora]

Figura 26 – Capela de Seça

[Fonte: Fotografia e edição pela autora]

Figura 27 – Mosteiro de Santa Maria de Seça no início do sec. XX

[Fonte: CABETE, António Ferreira (2015), *O mosteiro de Santa Maria de Seça: das origens aos alvares da modernidade*. (1ª edição) Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz, [dissertação de mestrado da Universidade de Coimbra]]

Figura 28 – Instalações da fábrica de arroz – zona da capela

[Fonte: LOPES, Kevin Rodrigues. (2017). *Habitar a memória. Reabilitação do Mosteiro de Santa Maria de Seça*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura de Universidade de Lisboa]. Repositório aberto da Universidade de Lisboa. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/15345>]

Figura 29 – Planta tipo de um mosteiro cisterciense

[Fonte: CABETE, António Ferreira (2015), *O mosteiro de Santa Maria de Seixa: das origens aos alvares da modernidade*. (1ª edição) Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz, [dissertação de mestrado da Universidade de Coimbra]]

Figura 30 – Arcos torais – cobertura da igreja de Santa Maria de Seixa

[Fonte: Fotografia e edição pela autora]

Figura 31 – Arco de volta perfeita lateral

[Fonte: Fotografia e edição pela autora]

Figura 32 – Chaminé em tijolo burro no Mosteiro de Santa Maria de Seixa

[Fonte: Fotografia e edição pela autora]

Figura 33 – Arco toral, Mosteiro de Santa Maria de Seixa

[Fonte: Fotografia e edição pela autora]

Figura 34 – plantas do existente do Mosteiro de Santa Maria de Seixa

[Fonte: plantas elaboradas pela autora – concedida em pdf pelo departamento de arquitetura de Coimbra]

Figura 35 – plantas vermelhos e amarelos do Mosteiro de Santa Maria de Seixa.

[Fonte: plantas elaboradas pela autora]

Figura 36 – proposta de intervenção no mosteiro de Santa Maria de Seixa

[Fonte: plantas elaboradas pela autora]

Figura 37 – proposta para a igreja, criando as varandas laterais – desenho sem escala

[Fonte: esquiços elaborados pela autora]

Figura 38 – esquiços zona tardoza da igreja

[Fonte: esquiços elaborados pela autora]

Figura 39 – corte 02 - perceção do miradouro e bancada

[Fonte: corte elaborado pela autora]

Figura 40 – esquema das vivências de contemplação.

[Fonte: esquiço elaborados pela autora]

Figura 41 – piso 0 – desenho sem escala

[Fonte: plantas elaboradas pela autora]

Figura 42 – piso 1 – desenho sem escala

[Fonte: plantas elaboradas pela autora]

Figura 43 – quarto com varandim – desenho sem escala

[Fonte: plantas elaboradas pela autora]

Figura 44 – quarto com varanda – desenho sem escala

[Fonte: plantas elaboradas pelo autor]

Figura 45 – corte 05 – desenho sem escala

[Fonte: corte elaborado pela autora]

Figura 46 – corte “rasgo” na cobertura

[Fonte: plantas elaboradas pela autora]

Figura 47 – esquema das várias zonas de contemplação

[Fonte: plantas elaboradas pela autora]

Figura 48 – axonometria pousada

[Fonte: axonometria elaborada pela autora]

Lista de Acrónimos

CPA	Colégio de Património Arquitetónico
ENATUR	Empresa Nacional do Turismo
UBI	Universidade da Beira Interior
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Poderia atrever-se alguém a comparar a Arquitetura à Poesia?

A Poesia necessita, além de uma ideia criadora, de palavras concretas, precisas, colocadas de tal forma que não só traduzam perfeitamente aquela ideia mas que sejam, além disso, capazes de lhe atribuir Beleza. Pois é isso que sucede com a Arquitetura.

(Baeza, 2013, p.17).

1. Introdução

O tema abordado nesta dissertação foca-se no conceito de reabilitação do Património e no que a mesma implica.

O património representa uma herança do passado, material ou imaterial. Uma memória que nos faz recordar o que outrora existiu e que foi importante. A salvaguarda e preservação do património é um problema que se tem vindo a debater ao longo do tempo, que tem ganho importância e contribuindo para que a nossa herança seja mantida no presente e se alongue para o futuro, uma vez que os valores históricos, sociais e culturais são inerentes ao património. Desta forma, a preservação e compreensão do património ajuda-nos perceber os nossos antepassados, fazendo que os seus valores se transmitam no tempo.

Não podemos debruçar-nos sobre o espelho do património, nem interpretar as imagens que ele nos reenvia atualmente, sem procurar, antes de mais, compreender como a grande superfície lisa desse espelho foi constituída pouco a pouco pela soma e pela fusão de fragmentos, a princípio chamados antiguidades, e depois monumentos históricos (Choay, 2014, p.27)

Quando intervimos num edifício primeiramente precisamos de conhecer e entender a sua evolução ao longo do tempo. Assim conseguimos perceber a identidade do lugar e respeitar a sua memória. Desde modo, ao projetar é necessário compreender o edifício e o lugar onde se insere, bem como as suas antigas vivências, os seus usos, o seu antes e o seu agora, e tentar adaptar o edifício existente a uma nova vida.

Neste caso concreto, o Mosteiro de Santa Maria de Seíça, situado na zona da Figueira da Foz, mais precisamente em Paião, foi sofrendo ao longo do tempo várias transformações, tanto funcionais como formais.

Pretendemos reabilitar o Mosteiro de Seíça, de modo a manter a sua memória e identidade, e em simultâneo valorizar o lugar e a ruína.

1.1 Enquadramento e objetivos

Ao contemplarmos as ruínas de Santa Maria de Seíça, não olhamos apenas para um antigo mosteiro que se foi degradando ao longo do tempo, também encontramos elementos que nos dizem que o edifício teve mais que uma função. A imponente chaminé

fabril agregada à parte lateral da igreja do mosteiro e as paredes que ainda suportam o que resta de uma cobertura da fábrica de descasque de arroz, são testemunhos das diferentes funções do edificado.

Inicialmente, o Mosteiro de Santa Maria de Seça, foi destinado aos monges da Ordem de São Bento e mais tarde à ordem de Cister. Por volta de 1888, após o término das ordens religiosas, uma parte do edificado foi destruído para a construção da linha ferroviária. Começam aqui as grandes alterações na estrutura e função do edificado. Nos anos seguintes, passou para mãos particulares ficando abandonado até que, em 1911, foi habitado pela família proprietária. É após a vinda para o mosteiro, que esta família decide construir uma fábrica de descasque de arroz. Assim o edifício servia para habitação numa zona e de edifício industrial noutra. Hoje em dia, na igreja, ainda conseguimos identificar algumas paredes da atividade fabril. A unidade industrial cessa atividade em 1976, e o imóvel fica ao abandono. Em 2002 é classificado como imóvel de interesse público e mais tarde, em 2004, é adquirido pela Câmara Municipal da Figueira da Foz. Em 2022 começam as obras de reabilitação¹, travando assim a sua degradação e abandono.

Uma vez que o Mosteiro de Santa Maria de Seça é marcado por toda a sua história e pelas suas vivências, explicadas mais à frente nesta dissertação, é inevitável não pensar na sua reabilitação e requalificação. Para isso, é importante fazer uma reflexão sobre os conceitos de memória, património e reabilitação.

Assim, o objetivo desta dissertação passa pela reabilitação do edificado e pela requalificação do Vale de Seça, que faz a ligação à Capela de Santa Maria de Seça – restaurada há pouco tempo e ainda local de culto e de festividades da região - e que nos envolve numa zona de pura natureza. Mais importante que reabilitar o edificado, é respeitar e preservar a identidade e a memória do lugar e do edifício, valorizando-as com a nossa intervenção.

É proposto um novo habitar para o mosteiro com uma nova função. Para a zona do mosteiro – reabilitação - propomos um espaço cultural, que poderá ser utilizado por qualquer pessoa que venha apenas visitar a região e conhecer o mosteiro, sendo uma mais valia para o conhecimento de Seça. A nova construção será direcionada para o turismo, pois será projetada uma pousada.

É importante que o novo corpo construído crie uma ligação forte com a pré-existência, uma vez que será ela o nosso ponto de partida e não queremos que fique desvanecida.

¹ A reabilitação do Mosteiro de Santa Maria de Seça segue o projeto do Atelier 15, do Porto.

Pelo contrário, queremos manter a identidade e memória do mosteiro, trazendo-lhe vida e dinamizando-a, cativando o interesse das pessoas para esta zona.

O Mosteiro de Santa Maria de Seixa é um património religioso que está a degradar-se a olhos visto com o passar do tempo. Correspondendo a uma preocupação cada vez mais premente da sociedade, a proposta da presente dissertação procura impulsionar o Vale de Seixa e o seu Mosteiro, pensando na comunidade local e no turista que vem visitar, e procurando dar resposta às necessidades da região.

1.2 Estrutura da dissertação

A estrutura da presente dissertação é composta por duas partes uma componente teórica e uma componente prática.

A parte teórica aborda os seguintes capítulos: *(Re)habitar o património* e *O mosteiro de Santa Maria de Seixa*.

Iniciamos o primeiro capítulo abordando o conceito de memória, recorrendo às ideias de Jaques Le Goff e de Maurice Halbwachs, para uma melhor compreensão da evolução do conceito memória e memória coletiva. Assim, procuramos estabelecer que a memória está associada a uma identidade social, e tentamos compreender como podemos relaciona-la com a arquitetura. Segue-se o capítulo que trata dos conceitos de património e de monumento, e de como a memória lhes está associada. Entende-se por património algo antigo, passado de geração em geração, com vivência e valores culturais, sociais e pessoais. Compreender a história e a identidade de cada edifício é uma mais valia para que a sua reabilitação seja bem sucedida. Para isso, por fim, analisamos quais serão as alternativas para dar uma resposta coerente à reabilitação do património. São apresentados três casos de estudo que serviram simultaneamente para uma melhor compreensão de como reabilitar o património no geral, e, especificamente, para nortear a proposta de reabilitação do Mosteiro de Santa Maria de Seixa.

Como foi referido anteriormente, compreender o passado do edifício é um ponto fulcral para iniciar qualquer projeto de reabilitação. Por isso o segundo capítulo debruça-se sobre a história do Mosteiro de Santa Maria de Seixa. O lugar, a origem, as vivências, a arquitetura e as ruínas, são algumas das informações que procuramos compreender para traçar uma proposta.

A parte prática é abordada no quarto capítulo: *A intervenção – proposta arquitetónica*.

A proposta destaca duas vertentes; por um lado, a implementação de um espaço cultural para um melhor conhecimento da região e da sua história; por outro, a criação de uma pousada para atrair o turismo para a região.

É também proposta uma requalificação do vale de Seiça, a fim de conseguirmos uma nova ligação com a capela de Santa Maria de Seiça. Aposta-se na cultura, no turismo e no lazer para trazer uma nova vida a Seiça, representando a memória e as heranças do passado.

2. (Re)Habitar o passado

2.1 Memória e identidade na arquitetura

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia (Le Goff, 2013, p.476)

O termo memória deriva do vocábulo grego “mnemis” e ou do latim “memoria” e pode ser compreendido como a capacidade que o ser humano possui para conservar e relembrar as recordações de experiências e informações do passado. É um conceito fundamental para entendermos o mundo, selecionando informações involuntárias sobre determinados objetos, tempos e lugares, afirmando a nossa identidade. M. Chaui (2005) citado por Carneiro (2009) afirma que a memória é uma evocação do passado: “É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará”

O conceito de memória evoluiu através do desenvolvimento social, político e psicológico. Desde o nosso nascimento, somos presenteados com informações sobre diversas situações. Essas informações são definidas como um acumular de experiências sobre um determinado assunto, acontecimento ou objeto, e a memória irá funcionar como um arquivo ligado a um determinado tempo e lugar.

Antes da existência da escrita, segundo Jaques Le Goff (2013), nas sociedades primitivas a memória oral era conhecida como a técnica de eternizar o saber e as experiências da sociedade. Era transmitida de geração em geração, podendo ou não ser fidedigna e dando origem a mitos e lendas. Porém, a partir da idade do Paleolítico, quando começaram a aparecer as gravuras, e mais tarde com a invenção da escrita, o conceito – memória – desenvolve-se mais profundamente, porque a possibilidade de registo permite o seu alongamento no tempo.

Apesar da memória parecer algo privado e individual, ela só fica completa quando existe uma relação com o outro, uma vez que a criação de memórias é o resultado das relações vividas em sociedade. A memória é conhecida como um fenómeno social resultante das relações entre os Homens, que são estabelecidas pelos aspetos socioculturais (ambiente social, família, trabalho, religião, entre outros).

Assumimos a memória como um reflexo da partilha de experiências essenciais “na percepção de si e dos outros, uma vez que conserva os momentos mais significativos na

vida de um sujeito e da sua comunidade” (Silva, 2019, p.19), conseguindo que o passado seja lembrado no presente e reconhecido no futuro.

Consideramos o Homem como um ser individual, com a sua identidade, porém, devemos também pensar no Homem como um elo de ligação para a preservação da sociedade – memória coletiva.

Quando falamos de memória coletiva (conceito que surge no século XX por Maurice Halbwachs), consideramos este carácter coletivo com um elemento construído a partir das relações e experiências entre indivíduos de um mesmo grupo, que por sua vez têm em comum uma memória histórica ou cultural e testemunhos de acontecimentos marcantes na vivência da sociedade. Para Halbwachs, a memória individual é construída a partir da memória coletiva, no sentido em que, mesmo quando o indivíduo experimenta algo que pense ser individual, necessita de recorrer a elementos fornecidos pela sociedade, ficando sujeito aos padrões coletivos da comunidade onde se insere.

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam o nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre a passar destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem a fazer parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (Halbwachs, 1990, p. 39)

Seja individual ou coletiva, a memória tornou-se um princípio base para o conhecimento do ser humano, da sociedade, e conseqüentemente do tempo e do lugar, sendo essencial para o conhecimento da identidade. Esta é moldada pela memória individual unida à memória coletiva, em que é possível criar uma ligação entre o passado, o presente e a sociedade, e assim termos percepção das nossas origens e das nossas heranças culturais e sociais.

Conseguimos estabelecer uma ligação entre a memória e a arquitetura através de Juhani Pallasmaa (2012), que, citado por Silva (2019, p.21), declara que não habitamos somente no espaço, mas também na relação entre cultura, tempo e memória, e que absorvemos a memória do lugar a partir das características materiais como a luz, a cor, a materialidade, e ainda das características imateriais das sensações que estão associadas, existindo assim uma relação direta do indivíduo com o espaço e o tempo.

Como explica Rômulo Martins Pereira (2011, p.121-131), na perspectiva de Kant, o espaço e o tempo são propriedades *a priori* da experiência que, posteriormente, nos dá identidade e conhecimento. Surgem antes de qualquer noção do objeto, isto é, associamos automaticamente um objeto a um determinado espaço e tempo. O espaço é

associado no sentido externo, por exemplo: quarto (espaço) - cama (objeto). O tempo é associado no sentido interno, ou seja, tem de estar relacionada a um antes, um agora ou um depois, por exemplo: ontem (tempo) - a cama desapareceu (objeto).

É aqui que a arquitetura desempenha um papel crucial. Para além das questões funcionais e estéticos, ao projetar é preciso ter em conta as memórias que cada espaço possui, as vivências que em outros tempos existiram e essencialmente a preservação da identidade de cada lugar, para que o edifício – neste caso da Reabilitação do Mosteiro de Santa Maria de Seixa - se mantenha associado ao passado e vivenciado no presente e no futuro.

Para Alberto Campo Baeza, quando se fala de memória em arquitetura, ela é geralmente associada com a mimese², isto é, com a representação direta de modelos passados, especialmente quando se trata de problemas de nova construção em cidades históricas. Baeza (2013) assume a memória como um instrumento imprescindível para qualquer arquiteto – “Um arquiteto sem memória não é nada” (2013, p.47) - comparando a memória a uma arca do tesouro, onde vamos buscar material indispensável para conseguir chegar ao melhor resultado e da forma mais adequada. Face ao exposto, a memória tem a capacidade de nos mostrar a melhor maneira de projetar o futuro, com conhecimentos do passado, pois representa a identidade cultural de cada lugar. “A memória, longe de limitar a imaginação, desperta-a e completa-a” (Baeza, 2013, p.49). A memória está presente tanto na nova construção, como na reabilitação, onde é necessário assimilar o tempo e o lugar de modo diferente, mas sempre com o intuito de recorrer à melhor forma para dar uma nova vida ao espaço.

Para John Ruskin, o edifício é um testemunho que deve de ser preservado, pois cada edifício é possuidor de uma memória individual, coletiva e social com determinadas características que deviam ser mantidas.

A arquitetura é o único meio de que dispomos para conservar vivo um laço com um passado ao qual devemos a nossa identidade e que é constitutivo do nosso ser. Mas, mais do que pela história ou por uma história, este passado é, antes de mais, essencialmente definido pelas gerações humanas que nos precederam. (John Ruskin, citado em Choay, 2014, p.147-148)

Ao projetarmos é nos concebido a criação de novos espaços que irão permanecer no tempo e na sociedade. Recorrendo à memória (história) e à essência do lugar conseguimos preservar a identidade do mesmo.

² Mimese - termo filosófico que abrange alguns significados como: imitação, mimica, semelhante

2.2 Património e monumento: o conceito

Património. Esta bela e muito antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas, e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo (Choay, 2014, p.11)

Para intervir no construído é importante perceber o conceito de Património. A palavra deriva originalmente do termo greco-latino “patrimonium”, que se refere aos bens de uma família ou de uma sociedade, que podem ser bens materiais ou naturais, representando um testemunho do passado, que pode ser passado de geração em geração. Para além de se aplicar a vários domínios (ambiental, histórico, cultural, arqueológico, arquitetónico, entre outros), o património é a ligação de vários valores (pessoais, históricos, sociais e culturais), que, em conjunto, definem a identidade de uma sociedade, de uma época e de uma cultura.

Para Françoise Choay, o património tem com a identidade inúmeras e variadas relações: “Como atributo coletivo, o património é um elemento fundamental na construção da identidade social/cultural e, simultaneamente, é a própria materialização da identidade de um grupo/sociedade” (Rodrigues, s/d, p. 4). De acordo com esta afirmação, podemos declarar que o património define e caracteriza uma sociedade, pois é um conjunto de valores pessoais, sociais e culturais de situações históricas. Os fragmentos que constituem o património que chegou até nós, são fatores determinantes para a compreensão e construção das comunidades, criando uma ligação entre as vivências, a cultura e as memórias, construindo a evolução da sociedade, do lugar e do indivíduo.

Ao falarmos de património arquitetónico, compreendemos que quando observamos um edifício, não podemos apenas pensar no “agora”, mas sim em todos os anos que passaram por ele, e em todas as interações entre as pessoas e o lugar. O património é um fator chave para a diferenciação das sociedades, preservando o nosso legado, lembrando acontecimentos marcantes. Assumimos assim uma relação entre a memória e património.

Uma vez que o património arquitetónico é composto por edifícios, devemos fazer a distinção de monumento e monumento histórico, neste caso, arquitetónico. Monumento provém da palavra de origem latina “monumentum”, derivada de “monere” e remete-nos para a capacidade de recordar algo ou alguma situação vivida no passado. No caso arquitetónico, é algo que foi criado pela mão humana, com o intuito de trazer recordações para gerações futuras. Por sua vez, monumento histórico, tem também a função de fazer

recordar, mas não é construído com essa intenção, e é escolhido pelo seu valor histórico, valor que é apenas atribuído a um edifício já construído.

A prática de preservar os edifícios inicia-se em Itália, por volta do século XV, ao se reconhecer o facto de alguns edifícios transmitirem memórias fortes e possuírem grande esplendor, e contribuiu para que as gerações futuras encontrem intactos os edifícios da Antiguidade e os seus vestígios (Choay, 2014, p.54) Desde então a conservação e preservação dos edifícios foi-se desenvolvendo pela Europa, e é no contexto da Revolução Francesa, nos finais do século XVIII, que o termo monumento histórico é utilizado e que se elaboraram os primeiros instrumentos/documentos de preservação dos edifícios.

Segundo François Choay, em *A alegoria do Património*, o monumento histórico é reconhecido enquanto conceito aquando da redação da Carta de Veneza, em 1964.

A noção de monumentos histórico engloba a criação arquitetónica isolada bem com o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas que adquiram com o tempo um significado cultural. (Carta de Veneza, 1964, artigo nº1)

Neste sentido, o monumento histórico está relacionado com o conceito de memória, uma vez que ambos têm a intenção de recordar e reviver o passado no presente, funcionando o monumento como salvaguarda da memória coletiva.

No texto de Alois Riegl, *O culto moderno dos monumentos*, encontramos conceitos que sustentam a ideia de Choay de a memória estar agregada à historicidade, uma vez que estabelece valores para os monumentos que ajudam a perceber o porquê da sua preservação e conservação.

Entre outros, o autor trata do valor da memória e divide-o em valor de antiguidade, valor histórico e valor de memória intencional, como um processo sucessivo de estados para concretizar o conceito de monumento.

O valor de antiguidade revela-se no primeiro contacto com o edifício, devido à vetustez do seu aspeto, à sua decrepitude, à alteração e/ou destruição da sua forma e cor, à imagem clara da passagem do tempo que é perceptível por todos os indivíduos que o observem. Para o autor, a ruína “deveria simplesmente levar à consciência do espectador o contraste, essencialmente barroco, entre a grandeza do passado e a decadência presente” e “exprime o pesar dessa queda, e a nostalgia correlativa de uma antiguidade que desejariam ver conservada”, (Riegl, 1984, p.67). Riegl critica o facto de, nos tempos modernos, a ruína ser vista como um estádio de um ciclo natural de nascimento, vida e morte.

Segundo este autor, o valor histórico é atribuído por aquilo que o edifício representa para o desenvolvimento e crescimento de determinada sociedade. O edifício passa a ser

definido como monumento histórico, e conseqüentemente deve ser mantido o com o seu aspecto original, o que implica a conservação. Mesmo que as marcas do passar do tempo sejam visíveis, essas transformações fazem parte da história do monumento.

O valor de memória intencional remete-nos para “a imortalidade, o eterno presente, a perenidade do estado original” (Riegl, 1984, p.85) do monumento. O valor de memória passa assim pela preocupação com a conservação do edifício de forma a conseguir que a reabilitação seja o mais fiel possível ao estado original, e a fazer recordar e sentir as vivências antigas do edifício. Contudo, contrapomos nós, se queremos sentir as vivências antigas de um edifício, é possível que a conservação de algumas alterações ou acrescentos que ele tenha sofrido ao longo do tempo seja uma mais valia.

A compreensão de cada valor que Alois Riegl defende auxilia na altura em que é necessário fazer seleções lógicas, que se baseiem num juízo crítico, para preservar e conservar cada monumento.

A ideia de património e de monumento histórico, associada à memória e à identidade das sociedades, motiva a atividade de conservação e de preservação. Para isso, é essencial compreender as formas mais indicadas para proceder à reabilitação do património arquitetónico e salvaguardar as nossas heranças. Esta preocupação vem expressa na Carta de Veneza: “A responsabilidade coletiva de os proteger para as gerações futuras é reconhecida. É nosso dever mantê-los com a riqueza da sua autenticidade.” (II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos, 1964).

2.3 (Re)Habitar o património

As coisas modificam-se, mas não perdem a sua identidade, (...) elas permanecem na nossa mente e, portanto, passam a existir no tempo. Assim, o tempo não existiria sem a possibilidade de memória, sem a capacidade para na mudança, reconhecermos a continuidade dos objetos aos quais emprestamos significação numa qualquer esfera da sua interferência na relação do Homem com o mundo. (Gorjão, 2009, citado por Inês Silva, 2019, p.32)

Referidos anteriormente, a memória, a identidade e o património são conceitos cruciais para a compreensão e valorização de uma sociedade, de um lugar e de um edifício. Com o decorrer do tempo, as sociedades evoluíram e, conseqüentemente, o espaço físico adaptou-se a elas. No que diz respeito aos monumentos, muitos permanecem degradados, precisando de uma intervenção para ajudar no desenvolvimento nacional.

Na “Recomendação sobre a proteção, no âmbito nacional, do património cultural e natural”, a Unesco, estabelece que:

Uma vez que a proteção, a conservação e a valorização do património cultural e natural têm como finalidade última o desenvolvimento harmonioso do Homem, os Estados Membros deverão, na medida do possível, orientar a sua atuação neste domínio de modo a que o património cultural e natural deixe de ser considerado como um travão ao desenvolvimento nacional e passe a ser visto como um fator determinante desse desenvolvimento. (Unesco, Paris, 1972)

Para tal, é preciso que a intervenção numa pré-existência garanta o respeito e a identidade do edifício e do lugar.

É a partir do século XVIII que as intervenções nos edifícios antigos se tornam mais recorrentes. Inicialmente as intervenções passavam pelo restauro e pela conservação, uma vez que ambos tinham como objetivo genérico a reparação da obra, respeitando ao máximo a sua identidade original.

Com o passar do tempo, surgem várias ideias e debates sobre como intervir nos edifícios e qual a melhor opção. É aqui, no século XIX, neste mar de ideias e opiniões, que surgem as duas teorias de intervenção mais discutidas: a teoria intervencionista, defendida por Viollet-le-Duc, e a anti intervencionista, defendida por Ruskin. Por um lado, o arquiteto Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814 – 1879), adotava uma arquitetura intervencionista, no sentido de dar uma nova vida ao edifício restaurando-o. Nos seus trabalhos de restauro a inúmeros edifícios, baseava-se no projeto inicial do edifício, demolindo o que não considerava de interesse histórico, preocupando-se em seguir a “pureza do estilo”. Por outro lado, em contraponto a esta ideia de Viollet-le-Duc, surge a teoria anti intervencionista – a conservação - do escritor e crítico de arte John Ruskin (1819-1900). Este defendia que os edifícios históricos deviam permanecer intactos, ser apenas objecto de cuidados de conservação, ficando dignos e autênticos com as marcas do tempo, como um testemunho do passado que devemos proteger.

Entre estas duas teorias de intervenção, surge, já nos anos 40 do século XX, uma terceira via, denominada por Cesare Brandi de restauro crítico. Na sua obra Teoria do Restauro (Brandi, 2000), defende que o restauro deve de restabelecer a potencialidade da obra de arte, sempre que seja possível sem cometer uma falsificação. Ou seja, para Brandi o restauro deve de ser uma intervenção onde conseguimos identificar a história do edifício, preservando os testemunhos das antigas vivências, que podem ser diversas. No caso em concreto de Seíça, isso acontece em toda a intervenção na zona da igreja, onde preservamos também a chaminé da antiga fábrica.

A necessidade de encontrar um ponto comum, que ajude a definir algumas regras internacionais para solucionar o problema da salvaguarda do património histórico edificado torna-se indispensável.

O primeiro documento oficial de proteção dos monumentos, a Carta de Atenas, de 1931, é resultado do 1º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, em que se estabelecem os seguintes princípios gerais e doutrinas:

A Conferência ouviu a exposição dos princípios gerais e doutrinas relativas à proteção de monumentos.

Qualquer que seja a diversidade dos casos específicos, em que cada um possa comportar uma solução, constatou que, nos diversos Estados representados, predomina uma tendência geral para abandonar as reconstituições integrais e evitar os seus riscos, pela instituição de uma manutenção regular e permanente, adequada a assegurar a conservação dos edifícios.

Na situação em que um restauro surja como indispensável, como consequência de degradação ou de destruição, recomenda o respeito pela obra histórica e artística do passado sem banir o estilo de nenhuma época.

A Conferência recomenda que se mantenha a ocupação dos monumentos, que se assegure a continuidade da sua vida consagrando-os contudo a utilizações que respeitem o seu carácter histórico ou artístico (Carta de Atenas, 1931)

A Carta de Atenas foi um contributo para o desenvolvimento, valorização e recuperação dos edifícios, e auxiliou na criação de um Centro Internacional para o estudo da Preservação e Restauro dos bens culturais e no trabalho documental da UNESCO. Contudo com o aumento da complexidade dos problemas relativos ao restauro e conservação dos edifícios, é necessário fazer uma atualização. Em 1964, é realizado o 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, de que resulta a Carta de Veneza.

Para além de uma atualização da carta de Atenas, a Carta de Veneza serviu para alargar aos conjuntos urbanos o conceito de monumento, assim como a possibilidade de conservação e restauro. Com o intuito de proteger o património, é defendido que, sempre que possível, a essência do monumento não deve de ser alterada, assim como as aportações de cada época histórica. Caso seja necessário acrescentar algum elemento, ele deve integrar-se de forma subtil, mas sem mimetizar o existente.

A Carta de Veneza, para além da preocupação com o edifício, manifesta também preocupação com o meio envolvente onde se encontra o monumento.

Atualmente, a Carta mais atualizada é a Carta de Cracóvia, de 2000, que segue os princípios das Carta de Atenas e Veneza mas defende que “cada comunidade, tendo em

conta a sua memória coletiva e consciente do seu passado, é responsável, quer pela identificação, quer pela gestão do seu património” (Conferência Internacional sobre Conservação Cracóvia 2000, 2000) e define os conceitos de conservação e restauro com essa mesma premissa:

Conservação: é o conjunto das atitudes de uma comunidade que contribuem para perpetuar o património e os seus monumentos. A conservação do património construído é realizada, quer no respeito pelo significado da sua identidade, quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados.

Restauro: é uma intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objetivo é a conservação, da sua autenticidade e a sua posterior apropriação pela comunidade.

(Conferência Internacional sobre Conservação Cracóvia 2000, 2000)

Todas estas convenções resultantes em cartas de conservação e restauro contribuíram para a evolução do conceito de património, bem como para a sua reabilitação.

Por reabilitação, no sentido literal, que vem do latim *re + habilito*, entende-se «voltar a tornar apto». Segundo o Colégio do Património Arquitetónico da Ordem dos arquitetos, o termo reabilitação surge no desenvolvimento da Carta Europeia do Património Arquitetónico, em 1975, para resolver o problema da intervenção sobre os edifícios correntes que não podiam ser denominados como monumentos, no ponto de vista de conservação. Este novo conceito conduz à proteção dos valores culturais, sociais e económicos não só dos monumentos, mas também dos edifícios de habitação, adaptando-se às necessidades da vida moderna.

O CPA apresenta a seguinte definição para “reabilitação”: “intervenção integrada de adaptação de uma construção ou sítio com o objetivo de permitir a sua utilização, que procura melhorar os seus níveis de desempenho e implica a preservação dos valores com significado cultural nele existentes”. A reabilitação compreende assim a integração de edifícios antigos e a sua readaptação e renovação no contexto atual da sociedade. Resulta na construção de uma nova vivência para o edifício, respondendo à realidade onde se insere e é determinante para o modo de como o Homem se relaciona com o espaço.

Neste contexto, é necessário conhecer e perceber o edifício, a sua origem, a sua envolvente, a sociedade onde se insere e todas as suas transformações. Ao intervir num edifício propomos uma solução para “o agora”, por conseguinte é necessário pensarmos se mantemos ou não o seu uso antigo, se ele se enquadra na circunstância, ou se com a evolução dos tempos esse uso já não é o mais indicado. Justificando esta ideia, Francisco de Gracia, na sua obra *Construir en lo construído*, diz-nos:

Aceptar la dimensión temporal de la arquitectura, tanto en el uso como en la práctica proyectual, significa reconocer el inevitable proceso de modificación a través del tiempo no sólo por medio de procesos de entropía y de usura, o de cambio de

función, sino sobre toda de cambio de signidicado dentro del context (Gracia, 1992, p.178)

Francisco de Gracia declara que existem princípios para intervir numa pré-existencia para não “ferir” a memória e a identidade do edifício, pois “é o património do passado a ser transferido para o futuro e, se possível, melhorado pelo presente” (Gracia, 1992,

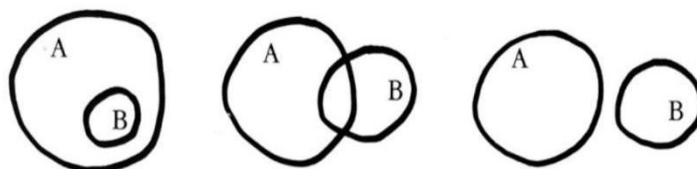


Figura 1 - Esquema dos princípios arquitetónicos

p.179) Esses princípios servem para estabelecer métodos entre o existente e a intervenção, e são os seguintes: inclusão, interseção e a exclusão.

Na relação de inclusão a nova construção (B) é incluída no existente (A).

Na relação de interseção, a nova construção (B) deve prolongar a construção do existente (A).

Na relação de exclusão, a nova construção (B) deve conseguir promover o diálogo com o existente (A), mas separada dele.

Ilustrando cada uma das relações com o exemplo do projeto desenvolvido nesta dissertação, podemos dizer que a relação de inclusão é conseguida na zona do mosteiro, onde a intervenção se integra no existente e procura manter a imagem original, a relação de interseção destaca-se na zona da igreja, uma vez que o resultado da intervenção trará uma nova forma para o edificado e alguns materiais serão diferentes dos originais, criando um palimpsesto entre o existente e a nova intervenção e a relação de exclusão é visível na ampliação para a instalação hoteleira, pois é criado um novo edifício. Contudo, esta nova construção promove a relação entre diferentes zonas com o mosteiro e a sua envolvente, acompanhando-o tanto a nível de implantação como de memória, valorizando o existente.

Cada intervenção no construído possibilita uma nova vivência, sem perder a memória e identidade do edifício, mantendo vivos os testemunhos do passado. É com esta premissa que a proposta para Reabilitação do Mosteiro de Santa Maria de Seíça é projetada. As memórias dos diferentes usos de Santa Maria de Seíça serão evidenciadas: o uso monástico no edifício do mosteiro e o uso fabril na grande chaminé de tijolo.

É procurado um novo habitar para o edifício, para a envolvente e para a sociedade, para que as ruínas atuais do Mosteiro do Vale de Seíça passem a ser mais do que heranças do passado.

São ruínas silenciosas, mas ainda cheias de vozes que as habitam, migalhas de tempos arcanos que ainda sussurram fios de histórias, que põem perguntas e nos convidam a saber mais (Silva, 2014, p.13).

2.3.1 Estudos de caso

Pousada de Santa Maria do Bouro

Amares, Braga

Arquiteto: Eduardo Souto de Moura e Humberto Vieira

1987 - 1994



Figura 2 – Pousada de Santa Maria do Bouro

O mosteiro de Santa Maria do Bouro, localizado em Amares, Braga, ergue-se na pacata freguesia de Santa Maria do Bouro, repleto de calma e tranquilidade.

Inicialmente terá sido habitado por eremitas, todavia não é conhecida a data exata da sua construção. Em 1148, passou a fazer parte da Ordem de São Bento, consequência de uma doação por D. Afonso Henriques, e mais tarde, como aconteceu com o mosteiro de Santa Maria de Seíça, foi adquirido pela Ordem de Cister. No século XV são executadas obras de restauro, ampliação da igreja e remodelações em todo mosteiro. Após a extinção das ordens religiosas, em 1834, o mosteiro é deixado ao abandono, ficando a igreja a manter o uso de culto pela paróquia. O restante edificado é vendido a particulares, entrando em ruína novamente.

Em 1994, é iniciada a intervenção de restauro com programa para uma pousada, pelo arquiteto Eduardo Souto de Moura, um dos mais reconhecidos arquitetos do nosso país

e vencedor de um Pritzker em 2011. A Pousada de Santa Maria do Bouro é um projeto com que o arquiteto conquistou vários prêmios e menções honrosas.

O conceito inicial do projeto passa pela manutenção da imagem da ruína, de modo a manter a essência do edifício, mas adaptando-o à circunstância contemporânea e preservando o espírito do lugar. Como afirma o arquiteto Souto de Moura, “não estou a restaurar um mosteiro, estou a construir uma pousada com as pedras de um mosteiro” (Souto de Moura. 2004. p.46)

O princípio de toda a intervenção estava muito definido para o arquiteto, “antigo é antigo, novo é novo. Se for novo, faço as coisas de uma certa maneira... se for antigo, faço-as de outra” (Souto de Moura. 2004. p.50)

Contudo, com o avançar do projeto a ideia de criar uma “barreira” entre o antigo e novo foi sendo esquecida, pois o seu verdadeiro interesse seria, acima de tudo, dar uma imagem contemporânea ao edifício (fosse a pré-existência ou o novo edifício) de forma a existir uma continuidade das vivências passadas do mosteiro.

O projeto consiste na adaptação da ruína ao novo programa e na construção de um novo edifício, devido às necessidades da pousada, que abriga as zonas mais técnicas. O novo corpo integra-se no conjunto arquitetónico, e, para além de ser implantado na zona mais baixa do terreno, foi construído com as pedras existentes no local, assumindo a mesma materialidade do edifício existente e procurando difundir-se na paisagem.

A nível de programa e morfologia de espaços, Eduardo Souto de Moura foi bastante pragmático: “é muito simples: cozinha – cozinha, farmácia – bar, biblioteca – auditório, refeitório – restaurante, claustro – claustro, celas – quartos.” (Souto de Moura. 2004. p.46)

No piso da cave é localizada a cozinha e a lavandaria e tudo o que a zona de serviços acarreta. No piso térreo localiza-se a receção, sala de exposições e o auditório. No piso 1, encontramos um espaço mais comum, a sala de estar, a sala de jantar, sala de bilhar e o restaurante, e uma zona mais reservada dos quartos. No piso 2 encontramos somente as áreas mais privadas, os quartos, que, por sua vez, foram concebidos de forma simples e organizada como um volume central composto por instalação sanitária e zona de armário, aproveitando o restante espaço para zona de quarto. Foi necessário redefinir alguns dimensionamentos, assim como a modificação de portas e arcos, para conseguir fluidez entre a forma e o programa.

A relação com as fachadas, a cobertura, os pátios, o claustro e toda a zona exterior foi uma forma de assimilar a memória que as pessoas tinham do mosteiro. “A ruína, pertence agora ao novo edifício, que a faz desaparecer. É um corpo mutilado relativamente ao mosteiro do século XVIII, um corpo ampliado relativamente ao edifício romântico, e preparado para receber mais ampliações.” (Souto de Moura. 2004. p.61)

O pátio das Laranjeiras é a zona de entrada para a Pousada, para onde se direcionam os vãos exteriores dos quartos e das alas. O claustro do antigo mosteiro é agora um espaço de estar com zonas de esplanadas, acessível em vários pontos do mosteiro.



Figura 3 - corte, Pousada de Santa Maria do Bouro

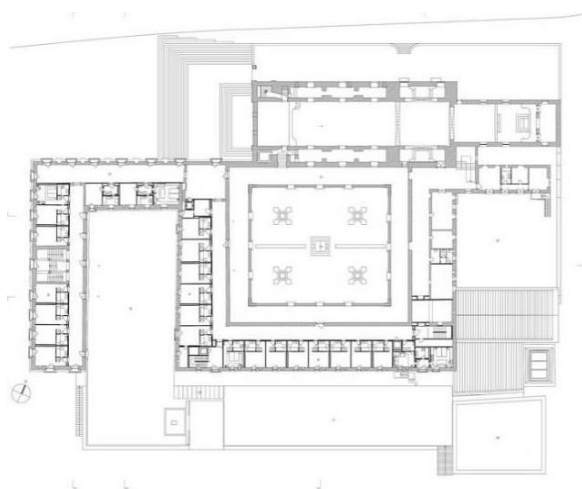


Figura 4 - planta piso 1, Pousada de Santa Maria do Bouro

A nível de imagem exterior, o edifício reabilitado, transparece o caráter do edifício antigo. É notória a escolha do arquiteto por uma linguagem formal contemporânea no projeto, exemplificada pela utilização de vidro sem caixilharia aparente, ou pela cobertura plana ajardinada. Contudo, a contemporaneidade não foi a única razão para manter a cobertura plana, havia também a preocupação de manter a memória que as pessoas têm do mosteiro. Antes da intervenção, Santa Maria do Bouro não possuía cobertura e a sua imagem sem cobertura perdura na memória das pessoas. Assim, para enfatizar essa memória, Souto de Moura decide utilizar uma cobertura plana, não visível à cota de entrada.

“Clássico e moderno, antigo e novo convivem agora num mesmo espaço, articulando-se entre si naturalmente e, a maior parte das vezes, de forma impercetível, sem que haja do arquiteto o desejo de unidade temporal, mas sim claros objetivos poéticos” (Souto de Moura. 2004.)



Figura 5 – suite quarto, Pousada de Santa Maria do Bouro



Figura 6 - claustro, Pousada de Santa Maria do Bouro

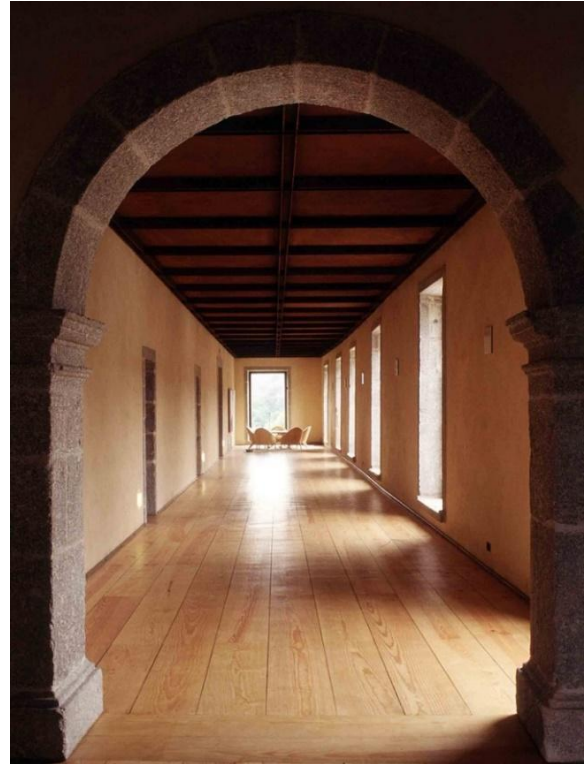


Figura 7 - corredor acesso aos quartos, Pousada de Santa Maria do Bouro

Pousada Flor da Rosa

Crato, Portalegre

Arquiteto Carrilho da Graça

1995



Figura 8 - Pousada Flor do Rosa, vista aérea

O mosteiro Flor da Rosa, localizado no alto Alentejo, mais propriamente em Portalegre, foi mandado edificar pelo Prior Frei Álvaro Gonçalves Pereira, no século XIV. Fundado em 1356, a sua implantação era composta por três corpos distintos, que representavam três épocas e estilos arquitetónicos: a igreja de estilo gótico assim como o paço e as restantes dependências do Mosteiro em estilo renascentista. A imagem arquitetónica do mosteiro assemelhava-se a uma fortaleza, com um carácter monástico e palaciano, onde a verticalidade da igreja e as grandes torres do paço lhe conferiam esse carácter defensivo. O edificado foi alterado ao longo dos tempos, sendo alvo de obras de ampliação e reformulação. Foram feitas obras de melhoramento após o terramoto de 1755, contudo o convento entrou em processo de degradação caindo em desuso, e consequentemente originando ruína.

Após vários anos de abandono, em 1910, o edifício foi considerado Monumento Nacional pelo Instituto Português do Património Cultural. Em 1990, o arquiteto João Luís Carrilho da Graça assume o projeto de reabilitação do Mosteiro de Flor da Rosa, com uma proposta que passa pela reconversão do mosteiro em pousada, sob tutela da ENATUR. O conceito do projeto passa pela distinção notável entre o que é antigo e o que é novo, restaurando o mosteiro e edificando uma nova zona a oeste. Segundo o arquiteto o objetivo é “intensificar a possibilidade de visita do edifício existente, privatizando-o e ocupando-o o menos possível, relendo-o e abrindo-o a novas leituras” (Pinheiro, 2024, p.53). Na reconversão do mosteiro são realizados diversos processos de renovação, recuperação e ampliação nas preexistências.

O mosteiro assume-se como o elemento principal, distinguindo-se da nova volumetria. Esta surge com uma arquitetura contemporânea, com uma linguagem horizontal que acaba por confrontar a verticalidade e a robustez do mosteiro. A sua cor branca vem contrastar e dar leveza à materialidade e cor do mosteiro. Os dois volumes parecem não ter ligação (o que auxilia na distinção do antigo e do contemporâneo), contudo, uma pala toca subtilmente no mosteiro conseguindo assim a união entre ambos. Jorge Rodrigues e Paulo Pereira, citados por Silva (2019), acrescentam,

“trata-se agora de dar um novo destino à Flor da Rosa, que para além de casa-forte, igreja, mosteiro e colégio, para além das épocas que ali se somaram em termos de intervenção – os séculos XIV, XV e XVI, passaria agora a constar com a valência hoteleira e com uma intervenção do século XX” (Silva, 2019, p. 85)



Figura 9 - planta piso - antes da intervenção 1356, Pousada Flor da Rosa

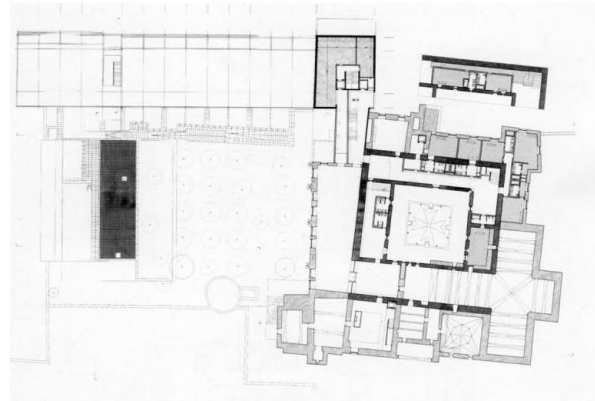


Figura 10 - planta piso - depois da intervenção 1995, Pousada Flor da Rosa

A entrada para a Pousada Flor da Rosa é feita pelo claustro, que permite a entrada para a receção da pousada. A receção é o elemento de ligação entre o antigo e o novo. Ou seja, para chegar à zona mais reservada, é necessário percorrer todo o mosteiro, uma estratégia que o arquiteto utilizou para assim conseguir que quem usufrua da pousada da Flor da Rosa vivencie as memórias do mosteiro.

No que diz respeito à materialidade proposta pelo projeto, a zona do mosteiro fica o mais inalterada possível, isto é, existe uma recuperação da pedra, do pavimento, e utilização de caixilhos, mas conseguimos perceber que o arquiteto teve a delicadeza de manter a memória e a identidade. Por sua vez, a zona contemporânea apresenta uma materialidade diferente, mais simples, com paredes rebocadas a cor branca, pavimento em madeira e pedra, o que lhe confere leveza em comparação com a zona do mosteiro. Quando o Arquiteto pretende fazer um pormenor diferente numa zona do mosteiro, utiliza o mesmo critério: o que é novo é branco e de linhas retas, e o existente é mantido nas tonalidades da pedra.

A nível programático, as funções da pousada encontram-se maioritariamente no novo corpo. Carrilho da Graça, preservou o máximo possível do antigo mosteiro, ocupando-o o menos possível. O mosteiro abrange as zonas sociais, o restaurante, as salas de estrar e de jogos e também onze quartos. O novo corpo, por sua vez, contém no piso 0 as áreas de serviço e no piso 1 os restantes quartos. Junto à nova construção surge também o jardim e a piscina que segue a mesma linha contemporânea.

O arquiteto Carrilho da Graça, assumiu a reabilitação como um restauro conservador. Conseguiu dar uma nova vida ao edifício, preservando a sua identidade como edifício antigo. É uma intervenção fiel à Carta de Veneza. Para além de ser uma “adaptação a uma função útil à sociedade”, como está explícito no artigo n.º 5, o novo corpo também é fiel à Carta por respeitar “todas as partes interessantes do edifício, o seu quadro tradicional, o equilíbrio da sua composição e as suas relações com o envolvente” (artigo n.º 13).

O facto de o arquiteto ter preservado ao máximo a pré-existência e de propor um novo corpo de estilo moderno, diferenciando o novo do antigo, revela a importância que Carrilho da Graça dá à memória e à identidade do monumento histórico, da sociedade e do lugar.



Figura 11- fachada principal, do mosteiro Flor da Rosa



Figura 12 - distinção entre o novo e o existente, Pousada flor da Rosa – pala que ajuda na perceção da união



Figura 13- novo volume, Pousada Flor da Rosa

Colégio da Trindade

Coimbra

Arquitetos Aires Mateus

2014 - 2016



Figura 14 - fachada principal do Colégio da Trindade

O Colégio da Trindade, localizado em Coimbra junto à Torre da Universidade, foi edificado em 1562, inicialmente para servir a Ordem da Santíssima Trindade para redenção dos Cativos. Este edifício, de arquitetura maneirista, ao longo dos anos foi sofrendo diferentes utilizações. O edifício é formado pela igreja, com cobertura em abóbada de berço e três capelas por cada um dos flancos, uma zona que contém o claustro, que é construído por quatro arcos simples, de cada lado, e por último a zona dos antigos quartos que vivia (e vive) para um pátio, dando privacidade aos indivíduos que utilizam o edifício.

Em 1988, uma derrocada destruiu grande parte da igreja, e desde então o edifício ficou ao abandono, até à intervenção dos Aires Mateus. O restauro é iniciado em 2014, com intuito de dar lugar à Casa da Jurisprudência da faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

A intervenção procura utilizar a pré-existência como matéria-prima, isto é, preservar o património construído perpetuando o valor da sua identidade.

Entre a tipologia original de um convento e uma futura casa da jurisprudência, os arquitetos projetaram os espaços do comum para o particular: a igreja é recuperada para um auditório, o claustro funciona como entrada para as áreas comuns e os gabinetes de trabalho distribuem-se pelas antigas alas residenciais.

Neste caso, podemos referir que os arquitetos procuravam um restauro menos tradicional. Se por um lado procuraram manter a identidade do edifício preservando todas as paredes exteriores – que constituiriam também um dos elementos que resistiu ao tempo -, por outro procuraram criar novos espaços com volumes diferentes e leves, criando contrastes com o existente.

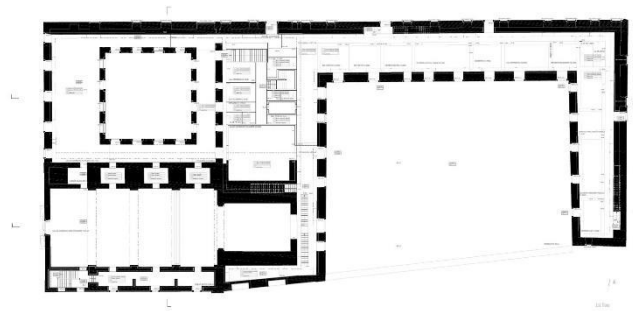


Figura 15 - planta piso 0, Colégio da Trindade

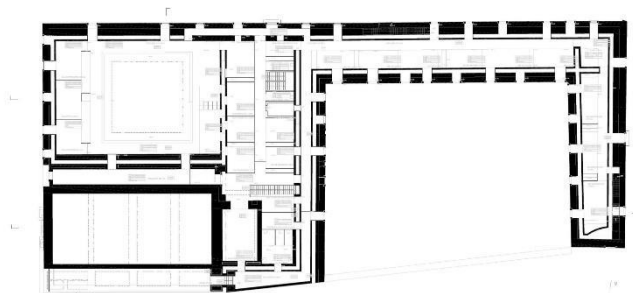


Figura 16 - planta piso 1, Colégio da Trindade

No piso 0 encontramos um restauro, no sentido lato da palavra. A igreja é restaurada com materiais simples - pedra existente tratada e com todos os ornamentos e betão aparente – reforçando a pureza da igreja.

Nos dois pisos superiores a nível de interiores existe uma nova lógica, baseada num traçado regular e na libertação de espaços para responder a um novo uso, uma vez que tanto as paredes interiores como a cobertura estavam em ruína. Como explicam os arquitetos Aires Mateus,

“a estratégia construtiva reforça o conceito do projeto. Nas áreas de recuperação: o reforço de alvenarias portantes com materiais compatíveis, a reposição das cantarias existentes. Nas áreas de nova construção: a opção por elementos de construção de grande leveza e alguma reversibilidade, como estruturas metálicas e ligeiras.” (Aires Mateus, 2017)

Tratando esta ideia, no piso 2 e na cobertura encontramos a parte mais delicada do projeto do restauro do Colégio da Trindade. Neste piso, através da planta, conseguimos perceber o espaço que os arquitetos deixaram das paredes exteriores. Este espaço proporciona duas “soluções”: por um lado dá-nos o sentido de um elemento novo que não interfere com o lugar – um elemento solto, que nos transmite alguma leveza, e que

vai de encontro à arquitetura contemporânea dos Aires Mateus; por outro lado, este espaço entre a fachada e o novo elemento, serve também para a entrada de luz natural para todo o edifício, através da cobertura com “rasgos”.



Figura 17- percepção da entrada da luz natural, Colégio da Trindade



Figura 18- corredor de acesso, Colégio da Trindade



Figura 19- igreja restaurada do Colégio da Trindade.

A nível de materialidade interior, podemos referir que no edifício se encontram três zonas distintas: a igreja, o primeiro piso e o segundo piso, que contrastam na materialidade, mas que mantêm a conexão. Na zona da igreja, e em todo o primeiro piso, encontramos uma materialidade que nos remete ao passado, uma vez que é feito um restauro das pedras existente, e toda a intervenção passa despercebida. No piso 1 já encontramos uma materialidade mais complexa. Pontualmente há zonas que nos remetem para o existente, como portas, janelas e algumas ombreiras não completas, onde a pedra existente foi restaurada. O pavimento é o elo de ligação entre o existente e o novo: por um lado relaciona-se com a pedra existente, contendo os mesmos tons, por outro, vai de encontro à contemporaneidade que a nova lógica procura – um material

simples. Por sua vez, as paredes estão todas em cor branca, contribuindo para a sensação de leveza, mas também para a difusão da luz natural por todo o edifício.

O segundo piso projeta-se como um elemento distinto, que transmite leveza, tanto quando o observamos do piso inferior como quando estamos lá. As entradas de luz vindas da cobertura auxiliam a ter essa percepção.

A nível de materialidade, todo o espaço é branco tendo apenas o apontamento do pavimento, que como já foi referido, é o elo de ligação entre o existente e o novo. Este piso é o mais próximo da arquitetura contemporânea. Uma zona de espaços amplos, produzindo a sensação de fluidez e de minimalismo onde “menos é mais”.

“O projeto atua com esta leitura do tempo passado, preservando o valor do “eterno” e propondo um novo “efêmero”.” (Aires Mateus et al, 2017)



Figura 20 - Novo elemento no segundo piso – percepção da entrada de luz natural através da cobertura



Figura 21- Novo elemento no segundo piso – percepção da entrada de luz natural através da cobertura

3. O mosteiro de Santa Maria de Seiça



Figura 22 - Mosteiro de Santa Maria de Seiça

3.1 Seiça: enquadramento geográfico

No Centro de Portugal, na pequena freguesia de Paião, na margem sul do rio Mondego, pertencente à cidade da Figueira da Foz, localizam-se as Ruínas do Mosteiro de Santa Maria de Seiça. Oriundo da Ordem de Cister, e tendo passado por várias funções e intervenções (edifício religioso, fábrica de descasque de arroz e casa de família); o mosteiro em ruína é atualmente um ponto de referência para quem conhece a freguesia. Seiça, uma aldeia com pouco movimento e com uma densidade populacional relativamente pequena, pertence à freguesia de Paião. Contudo, está a pouca distância de grandes cidades como Coimbra, Leiria e Figueira da Foz. Situa-se na via de comunicação entre localidades próximas, como Marinha das Ondas, Alqueidão e Borda do Campo, o que torna o mosteiro um ponto de fácil acesso e também um ponto de referência.

Localizado no vale de Seiça, o Mosteiro de Santa Maria de Seiça, encontra-se junto a uma linha férrea, construída em 1888; a uma capela (re)construída em 1602 e a uma marcante linha de água que em tempos foi navegável e por onde foram transportadas as pedras para a sua construção.

O mosteiro, construído num cenário rural, apresenta-nos uma atmosfera tranquila, pura e singular, que no permite perceber o porquê da permanência dos monges cistercienses no pacato lugar de Seiça.



Figura 23 - acesso viário ao Mosteiro de Santa Maria de Seiça



Figura 24 - acesso viário ao Mosteiro de Santa Maria de Seiça

A envolvente do mosteiro é constituída na maior parte por vegetação, que engoba arvores de grande, médio e pequeno porte, bem como espécies arbustivas nas zonas mais

húmidas. Os terrenos circundantes são adequados para cultivo, com solos bastante férteis e com a proximidade de linhas de água, derivadas da Ribeira de Seiça, que facilitam a sua irrigação. Em tempos, o cultivo predominante foi o de cereais (também um dos motivos que levou a que o mosteiro se tornasse, mais tarde, numa fábrica), porém, atualmente, muitos dos campos agrícolas estão ao abandono.

É também no Vale de Seiça, a cerca de 350m da fachada principal do mosteiro, que encontramos a Capela de Nossa Senhora de Seiça, à qual temos acesso a partir de um caminho público. Contudo, a capela é preservada e foi restaurada pela câmara municipal da figueira da foz em 2000, ao invés do mosteiro do que acontece com Santa Maria de Seiça.

O mosteiro encontra-se em estado de ruína bastante avançado, e estava classificado como imóvel de interesse público desde 2002 pelo Instituto Português do Património Cultural, e em 2018 é requalificado para Monumento Nacional.

3.2 As lendas envolvidas na origem

Sendo um símbolo antigo para a região, é natural que a origem do Mosteiro de Santa Maria de Seiça esteja envolta em lendas. Por definição, as lendas tratam de histórias fantasiosas, que, neste caso, tentam ajudar na criação de uma narrativa para a origem do mosteiro e da Capela do Vale de Seiça.

As lendas mais evocativas que permanecem até aos dias de hoje são “A lenda do Abade João”³ e “A Lenda de D. Afonso Henriques”⁴.

A lenda mais antiga, remete-nos para o Mosteiro de Lorvão onde o Abade João era monge e guerreiro responsável pela proteção da vila de Montemor. Com as invasões árabes a cercar a vila de Montemor o abade João decide atacar, para assim proteger toda a vila, ou para morrer a tentar protegê-la. Porém, antes de iniciarem o seu confronto, com receio de que os Mouros entrassem no Castelo e do que eles pudessem fazer às famílias, o Abade João ordena a cada homem que degole a sua mulher, os seus filhos e os restantes familiares, a fim de os “proteger” dos Mouros. Rumam para o confronto, e é num vale, junto a uma ribeira, que os mouros são derrotados. Com medo de que os mouros voltassem, o Abade João manda retirar, e no vale faz-se ecoar “cessa, cessa”, dando origem ao nome da região. Com o tempo, derivou para “Ceyça”, alterando para “Ceixa” e, por fim, para Seiça.

³ *Lenda do Abade João – anexo I*

⁴ *Lenda de D. Afonso Henriques – Anexo II*

É neste mesmo vale que se recebe a notícia de um milagre. Todos os corpos sem vida deixados no castelo de Montemor tinham ressuscitado, ficando apenas com uma cicatriz avermelhada na zona do pescoço. Acreditando no ambiente milagroso do lugar, o Abade João resolve erguer uma pequena ermida em devoção a Nossa Senhora, trazendo a imagem de nossa Senhora com o Menino que pertencia ao Castelo de Montemor. Nessa imagem também existia uma cicatriz no pescoço com tons vermelhos, que apareceu aquando da ressuscitação das famílias dos combatentes.

Após a construção da ermida, o Abade João decide passar aí o resto dos seus dias, como símbolo de agradecimento. Após a sua morte, o Abade João é sepultado na capela, pois é onde se encontra na presença de Nossa Senhora de Seiça, como ficou denominada.

No que diz respeito ao Mosteiro de Seiça, este tem na sua origem a lenda de D. Afonso Henriques. Com uma depressão, o nosso Rei precisava de se libertar da tristeza e da melancolia, e foi aconselhado a estar perto do mar e a seguir uma viagem pelo Mondego. Assim fez. Durante a viagem até à foz do Mondego, teve conhecimento de uma Capela devota a Nossa Senhora e que era conhecida pelos seus milagres. Curioso, D. Afonso Henriques manda seguir rumo a essa conhecida ermida.

No caminho, um dos seus criados, que o acompanhava na viagem, sofreu um inesperado acidente e caiu do cavalo. A queda foi de tal gravidade, “ficando tão maltratado, que todos os julgavam defunto”⁵. A mando do Rei, seguiram viagem para a Ermida de Seiça e levaram o corpo para que pudesse ser sepultado. Assim que chegaram à Ermida de Nossa Senhora de Seiça, mal se ajoelharam para colocar o corpo no chão da Ermida, D. Afonso Henriques sente-se livre da sua tristeza e melancolia, e, para espanto de todos, o cavaleiro que ali chegou sem vida, ressuscita.

Como forma de agradecimento, o rei D. Afonso Henriques propõe a construção de um Mosteiro nas proximidades da Capela, também devotado à Nossa Senhora de Seiça.

De realçar que nenhuma das lendas se pode confirmar como realidade. Contudo, no que diz respeito ao mosteiro, existe um documento datado de 1175 sustentando a lenda. D. Afonso Henriques assina o documento, a Carta de Couto, onde podemos provar a vontade do mesmo na construção de um Mosteiro na zona de Seiça e com devoção a Nossa Senhora de Seiça.

Estas duas lendas têm permanecido ao longo do tempo como um elemento de herança para manter viva a história lendária do lugar e da sociedade, passando de geração em geração.

⁵ Transcrito da Lenda de D. Afonso Henriques – Anexo II

3.3 A capela

A capela, como já foi referido, ficou denominada de Capela de Nossa Senhora de Seiça e foi o primeiro edifício a ser construído no Vale. Está associada à lenda do Abade João que a construiu em 850 d.C, com intenções de passar o resto dos seus dias nela, como forma de agradecimento a Nossa Senhora, e que aí foi sepultado, após a sua morte. Contudo, desta primeira Ermida não há vestígios. A falta de manutenção e a sua construção tosca não lhe permitiram resistir ao passar do tempo, ficando só a localização. Foi reconstruída algumas vezes, mas só em 1602 é construída a capela que permanece até aos dias de hoje, por ordem do Frei Manuel da Chagas, na altura abade do Mosteiro de Santa Maria de Seiça. Apenas sofreu algumas operações de restauro com o passar do tempo.

Este templo tem um traçado octogonal centralizado, retomando a ideia renascentista de “perfeição”. Existe um corpo central que se apresenta mais elevado e uma zona de alpendre que o resguarda e circunda a capela, suportada por colunas em pedra levantadas num parapeito. O corpo central destaca-se pela sua verticalidade, apresentando vãos por cima da cobertura do alpendre o que possibilita a entrada de luz natural para o interior da capela. Estes vãos só existem no lado oriental e têm como finalidade a iluminação natural da zona do altar, do lado oposto à porta de entrada.

O interior da capela está decorado por várias pinturas em azulejo (autor desconhecido), que representam as principais lendas da história do Vale de Seiça, nomeadamente o cerco do Castelo de Montemor; a degolação das famílias dos combatentes; o combate com os Mouros; a ressurreição dos degolados; o milagre de D. Afonso Henriques e do seu criado, e, por fim, o ermitão e D. Afonso Henriques. No altar encontra-se a imagem de Nossa Senhora com o menino, datada do século XIV, representativa da lenda do Abade João, pois apresenta um golpe vermelho no pescoço, simbolizando a degolação no castelo de Montemor, e uma lápide em honra do abade João por baixo do altar. A cobertura interior é desenhada em forma de cúpula octogonal simples.

A capela de Nossa Senhora de Seiça, ainda envolvida num cenário rural, é classificada como imóvel de interesse público desde 1970. Hoje em dia, está aberta em duas alturas do ano, que coincidem com as Festas da Região: a Festa de Nossa Senhora, em maio, e a Festa D’ Ano, em agosto.



Figura 25- Capela de Seiça



Figura 26- Capela de Seiça

3.4 A ordem de Cister

No período da Baixa Idade Média, nos finais do século XI, a Europa encontrava-se num ponto de desenvolvimento económico e de aumento demográfico. Nesta época surgiram movimentos renovadores de espiritualidade, que se procuravam adaptar à realidade do seu tempo (Cabete, 2015, p.15) e que ocasionaram um período de renovação para a igreja em que se assistiu à fundação, renovação e refundação de diversas ordens religiosas, umas mais relevantes que outras.

É no ano de 1098 que é fundada a Abadia de Cister na comuna de Saint-Nicolas-lès-Cîteaux, Borgonha, procurando um ideal de vida entre a religião e o trabalho. É fundada por Roberto de Molesme, Monge Beneditino do Mosteiro de Molesme e, à posteriori, o primeiro Abade desta Ordem Religiosa, e por alguns monges, que deixaram a congregação monástica de Cluny para retomar a antiga regra beneditina.

A Ordem de Cister procura o restauro dos princípios beneditinos, mas de forma mais rigorosa, como um regresso às origens, com o intuito de encontrar o pináculo da espiritualidade e paz interior na vida monástica, longe das comunidades. Para isso, os monges brancos (como eram conhecidos devido à tonalidade dos seus hábitos), para além de seguirem princípios como a castidade, a humildade, a obediência e o ofício divino, oriundos da ordem de São Bento, que Roberto e os seus sucessores pretendiam que fossem mantidos, seguiam também três princípios fundamentais: a pobreza, a solidão e o trabalho manual. Estes três princípios eram seguidos, tanto na parte da liturgia, como na vida quotidiana. A sua vida era seguida segundo o lema “ora et labora”,

repartida entre o trabalho e a oração (Martins, 2011, p.59), que para eles indicava o “ideal” de vida.

A ordem de Cister é impulsionada por quatro monges com percursos diferentes e em diferentes momentos. Como anteriormente referido, Roberto de Molesme foi o fundador da Ordem, e, em conjunto com monges beneditinos, desencadeou esforços para a restauração dos princípios da Ordem de São Bento. Mais tarde, Alberico, o dinâmico continuador, é responsável pela criação de um regulamento do quotidiano para a vida monástica. É sucedido por Étienne Harding, o organizador, a quem foi entregue toda a gestão e organização da Ordem de Cister, e que conseguiu as condições essenciais para a construção de várias abadias. Contudo, foi Bernardo de Fontaine, pelo seu carisma e autoridade, quem divulgou e impulsionou o crescimento da Ordem de Cister. A estes quatros monges é atribuída a canonização, como agradecimento por fundarem e impulsionarem da Ordem de Cister (Pereira, 2019, p.26)

A procura por uma harmonia entre o quotidiano e a espiritualidade foi, desde o início, a preocupação principal de todos os monges. Vivendo do trabalho de campo, os monges cistercienses foram importantes no trabalho de recuperação dos solos, na drenagem dos pântanos, na hidráulica e na irrigação. Com estes conhecimentos, os monges conseguiram grandes progressos ao nível da agricultura, da pesca, da indústria, da metalúrgica, entre outros trabalhos manuais.

Em suma, como nos refere Cabete:

A nova ordem pretendeu definir uma forma de cristianismo de grande simplicidade e pureza que se refletisse tanto nas suas vidas como na espacialidade e na forma das arquiteturas. Houve, desde início, a preocupação de estabelecer uma harmonia perfeita entre a espiritualidade e o quotidiano (Cabete, 2015, p.22-23)

A Ordem de Cister estabeleceu-se no século XII em Portugal, “num momento em que a Ordem ainda se encontrava na primeira fase de expansão e Portugal começava a desenvolver-se enquanto nação” (Martins, 2011, p.10). Os monges brancos foram recebidos por D. Afonso Henriques com o objetivo de ajudar Portugal a crescer como reino, mas também com a intenção de inserir uma nova vivência monástica. Começaram por reestruturar mosteiros existentes ou criar comunidades eremitas. Foi umas das ordens mais importantes para Portugal, dado que impulsionou o povoamento em diferentes zonas e desenvolveu a agricultura, a pesca e a hidráulica. As zonas escolhidas para a fundação dos novos mosteiros pertenciam a lugares despovoados, junto a florestas e com preferência em vales, devido à proximidade das linhas de água – pois era indispensável tanto para o mosteiro como para o desenvolvimento agrícola (Martins, 2011, p.10)

O primeiro mosteiro pertencente à ordem cisterciense terá sido o Mosteiro de São João de Tarouca, construído em 1144, data documentada. Contudo, o mais impulsionador e marcante é o Mosteiro de Alcobaça, que foi construído de raiz pelos monges cistercienses, utilizando a “planta-tipo” dos mosteiros da Ordem de Cister. Alcobaça, foi também a Abadia Mãe da Ordem enquanto esta vigorava em Portugal. (Cabete, 2015, p.25)

No caso do Mosteiro de Santa Maria de Seíça, embora não tenha sido construído para instalar os monges da ordem de Cister, devido a todas as suas características – desenvolvidas doravante nesta dissertação – eles permaneceram no Vale de Seíça até lhes ser possível.

3.5 O mosteiro de Santa Maria de Seíça

O mosteiro de Santa Maria de Seíça, como já foi referido, tem a sua origem envolta em lendas que, ao longo dos anos, têm servido para justificar a origem do lugar de Seíça. No entanto, a realidade histórica remete-nos para o ano de 1175, quando é redigida e assinada por D. Afonso Henriques, a Carta de Couto⁶, onde são concedidas terras para a construção de um mosteiro no Vale de Seíça. A Carta de Couto é o primeiro documento a fazer referência a um mosteiro em Seíça, outorgada em Coimbra em março de 1175. Nesse documento, o primeiro rei de Portugal entrega o mosteiro, em devoção a Santa Maria de Seíça, a D. Paio Viegas, monge do mosteiro de Lorvão, e aos seus herdeiros D. Teresa e D. Sancho. Contudo, como nos explica António Ferreira Cabete na sua



Figura 27 - Mosteiro de Santa Maria de Seíça no início do sec. XX

dissertação *O mosteiro de Santa Maria de Seíça- das origens aos alvares da modernidade*, é bastante provável que existisse uma igreja, ou até mesmo um mosteiro

⁶ Carta de Couto, concedida por D. Afonso I ao Mosteiro de Santa Maria de Seíça – Anexo I

com menores dimensões no mesmo lugar, e que D. Afonso Henriques tivesse ciente desta localização favorável e que tivesse mandado erguer um mosteiro maior para desenvolver a zona.

O mosteiro de Santa Maria de Seiça pertencia aos monges da Ordem de S. Bento, oriundos do Mosteiro de Lorvão, que permaneceram até 1195, quando ficaram concluídas as obras de construção do mosteiro.

Como nos diz António Cabete, no *O mosteiro de Santa Maria de Seiça: das origens aos alvares da modernidade*, em março de 1195, após o falecimento do primeiro rei de Portugal, D. Sancho I ocupa o seu lugar por direito, e coloca o cenóbio sob proteção do Mosteiro de Alcobaça. A partir desse momento, o mosteiro que inicialmente pertencia à Ordem de São Bento - pelos monges do mosteiro de Lorvão - passou a pertencer à Ordem de Cister, ordem que vigorava na abadia de Alcobaça, sendo ela a mãe da Ordem Cisterciense em Portugal.

Aquando da doação de D. Sancho I, o território que envolvia o mosteiro (Couto de Seiça) teria aumentado, por ordem do Rei, sendo a partir daí denominado Couto da Barra. Nesta zona, tanto os habitantes como os trabalhadores que usufruíam das terras pertencentes ao Couto da Barra pagavam ao Mosteiro, com a finalidade de “reforçar os proveitos, garantir o apoio da abadia mãe, para melhor assegurar as condições de sobrevivência ao jovem mosteiro” (Cabete, 2015, 34)

Nos séculos seguintes (XII, XIII e XIV), com o crescimento da Ordem Religiosa, bem como o desenvolvimento de todos os seus trabalhos e técnicas manuais, o Mosteiro registou um grande aumento de monges. Porém, a situação do Mosteiro nem sempre foi favorável. Entre os séculos XV e XVI passou por grandes dificuldades e o estado de decadência era cada vez maior, precisando de obras de restauro.

Devido à instabilidade que se sentia no mosteiro, tanto estrutural como espiritual, este é extinto em 1555, por ordens do Rei, por desentendimento com a Abadia de Alcobaça. Após cinco anos, em 1560, o mosteiro de Santa Maria de Seiça volta ao funcionamento, por ordens de D. Sebastião, e com melhoria nos espaços monásticos. Em 1567, devido à criação da Congregação Portuguesa, com sede em Alcobaça, “a vida conventual cisterciense reencontrou a normalidade perdida e voltou a um período de recomposição, atingindo um novo esplendor no universo monástico” (Cabete, 2015, p.56)

Anos depois, o mosteiro volta a necessitar de obras de restauro e, em 1572, a mando do Cardeal D. Henriques, é iniciada a construção de um novo edifício, pois o existente estava num elevado estado de degradação e não seria necessário apenas um restauro.

No novo mosteiro, quando necessário, foram feitas várias alterações e ampliações e, em 1672, possivelmente a maior alteração, terá sido a destruição da antiga igreja para dar lugar a uma igreja maior.

No ano de 1834, com a extinção das ordens religiosas, o Mosteiro de Santa Maria de Seça é encerrado definitivamente, a mando do Rei D. Pedro IV e todo o património é deixado a cargo do estado português. O mosteiro foi-se degradando ao longo dos anos, ficando ao abandono.

Este elemento monástico teve uma enorme importância no desenvolvimento social e cultural da região, não por pertencer a uma Ordem religiosa em expansão, mas pelo facto de ter dado conhecimento e desenvolvimento, que ainda hoje são conhecidos, principalmente nos trabalhos manuais de campo, como por exemplo na agricultura.

Em 1861, D Pedro IV emite a Carta de Lei onde ditava que o Mosteiro de Santa Maria de Seça passasse a pertencer à Paróquia de Paião, ficando assim esta com a responsabilidade total pelo mosteiro, e conseqüentemente pelo seu restauro, pois estava bastante degradado. Após uma vistoria, a Paróquia de Paião delibera vender parte do Mosteiro. No entanto, como nada foi comprado, decide demolir uma parte da sacristia, para aproveitar o material (Pereira, 2019, p.44)

Anos mais tarde, com a construção da nova linha férrea - linha do Oeste - que liga Figueira da Foz a Leiria, o Mosteiro de Santa Maria de Seça sofre uma grande destruição na sua estrutura. Em 1888, é demolida parte da igreja e parte do Património cisterciense português, para fazer passar a linha. Se a situação do mosteiro não era a mais favorável, após esta “intervenção” nem se pensava em restaurar o que resta do antigo cenóbio.

Em 1895, o edifício é comprado por Manuel Marques Leitão, passando assim o património para mão particular.

3.6 A fábrica

Em 1895, após o mosteiro passar para mãos particulares, desencadeou-se o início para um processo de compra e venda. Em 1911, é vendida “a quinta chamada “A Cerca” que incluía o Mosteiro de Seça e o moinho de água na Ribeira de Seça ao lado do mosteiro” (Anttonen & Medlam, 2014, p.16) a Joaquim dos Santos Carriço.

Devido à sua localização, à proximidade da água da Ribeira de Seça, aos solos férteis que circundavam o mosteiro, e sendo o cultivo de cereais o principal recurso económico, Joaquim Carriço vê no mosteiro um grande potencial para a criação de uma unidade fabril de descasque de arroz, uma vez que não existia nenhuma nas redondezas.

A partir de 1917, a fábrica abre portas no antigo cenóbio. Inicialmente, utilizou a estrutura do mosteiro para moagem, e só mais tarde é que o transforma literalmente numa unidade industrial de descasque de arroz. Para isso é preciso um edifício alto e com espaços amplos, ambas as condições asseguradas pelo Mosteiro de Santa Maria de Seça sem nenhuma modificação. Contudo, em 1938, é construída na nave da igreja uma estrutura em madeira, composta por dois pisos suspensos em colunas de madeira e ligados entre si por todo um conjunto de escadarias de acesso (Pereira, 2020, p.50).

Para além da igreja, mais espaços foram adaptados à nova função, destruindo-se algumas partes do Mosteiro e construindo-se outras, tanto no interior como no exterior. Uma das grandes intervenções arquitetónicas foi a grande chaminé em tijolo, que ainda permanece até aos dias de hoje, ficando como símbolo da função industrial, e a construção de um armazém no tardo do mosteiro.

Para auxiliar a chegada aos vagões dos comboios, foi construído um muro de suporte com várias escadarias que permitiam a ligação entre as diferentes cotas e facilitavam a mobilidade do produto. Com a construção da fábrica, a linha férrea foi uma mais-valia para a sua economia, no que diz respeito à facilidade de conseguir produtos agrícolas e industriais. Além disso, esta foi um auxílio para a expansão da fábrica, pois era através dela que chegava o arroz com casca e que saía o arroz já descascado para várias zonas do país. Consequentemente, tanto a linha do Oeste como a Fábrica do Mosteiro de Seça provocaram um grande impacto de expansão a nível regional.

Em 1976, com 75 anos de trabalho, a fábrica encerra, ficando o mosteiro ao abandono. No ano 2000 a Câmara Municipal da Figueira da Foz adquire as ruínas do Mosteiro de



Figura 28 - Instalações da fábrica de arroz na zona da igreja do mosteiro

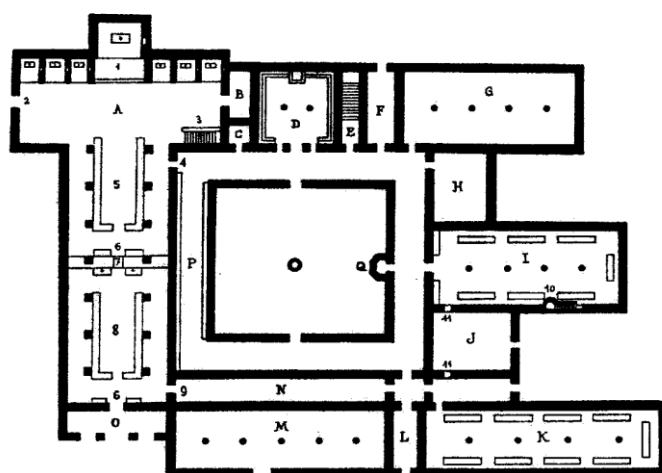
Santa Maria de Seixa, e em 2002 este é classificado como Imóvel de Interesse Público. Degradando-se dia após dia, ali, no Vale de Seixa, ficam as ruínas e a memória do que em tempo fora trabalho e fruto da economia da região.

3.7 O espaço arquitetónico do mosteiro

O Mosteiro de Santa Maria de Seixa passou por algumas mudanças tanto ao nível de espaços como ao nível de funções. A sua construção, com influências da Ordem de Cister são bastante visíveis.

A arquitetura-dos mosteiros da Ordem de Cister, assim como a sua vida quotidiana e liturgia, procurava a pureza e simplicidade e recusava a ostentação. Os mosteiros eram construídos em zonas isoladas e perto de solos férteis, para assim conseguirem fazer os seus trabalhos agrícolas. Não tendo uma regra de composição estrita, verificam-se algumas semelhanças com uma “planta tipo” que, de forma genérica, pretendia responder à funcionalidade do espaço.

O mosteiro de Santa Maria de Seixa foi construído em 1572. Foi edificado com as seguintes divisões principais: cozinha, refeitório, área claustral, áreas de confessionários, áreas destinadas aos noviços e igreja, entre outras zonas. A dimensão dos mosteiros, no geral, variava consoante o número de monges que cada mosteiro abrigava, existindo mais do que um claustro quando necessário.



- A. Igreja;
- B. Sacristia;
- C. Biblioteca;
- D. Sala do Capítulo;
- E. Escada;
- F. Auditorium ou Parlatório;
- G. Sala dos monges;
- H. Calefactório;
- I. Refeitório dos monges;
- J. Cozinha;
- K. Refeitório dos conversos;
- L. Passagem;
- M. Celeiro;
- N. Corredor dos conversos;
- O. Nártice;
- P. Claustro do *mandatum*;
- Q. Lavabo.

Figura 29 - planta-tipo de um Mosteiro Cisterciense

O Claustro é o centro dos mosteiros, tanto ao nível espacial como ao nível funcional. Para além de ser o elo de ligação entre todos os espaços do mosteiro, que dava luz natural ao seu interior, é também um espaço comum utilizado para diversas atividades. Era utilizado para encontros antes e depois do trabalho, para fazer as leituras, e, uma vez que se encontrava ao lado da igreja, servia muitas vezes como o seu prolongamento.

“Se o claustro é o epicentro do Mosteiro, em termos arquitetónicos e funcionais, a Igreja é o coração [...] é o centro anímico e espiritual do mosteiro” (Martins, 2011, p.332). Em Seíça, a nova igreja foi construída em 1672. É construída com uma planta longitudinal, composta por uma única nave com quatro tramos, para onde se abrem, nas laterais, capelas intercomunicantes por arcos de volta perfeita, somando um total de oito capelas seguindo o sistema criptocolateral. Todas as coberturas são de abóboda de berço, suportada por arcos torais. O quinto tramo, coberto por uma cúpula em tambor, é mais prolongado e abrange a zona do cruzeiro. Seguiu-se a este, a capela-Mor coberta por uma abóboda de canhão. Nada resta desta zona de igreja, apenas conseguimos distinguir o arco triunfal que fazia a transição para a nave.



Figura 30 - arcos torais - cobertura da Igreja de Santa Maria de Seíça



Figura 31 - arco de volta perfeita lateral

Atualmente, o Mosteiro está bastante descaracterizado. Contudo, é possível reconstruir a planta original do edifício, devido ao facto da tipologia utilizada em Seíça ter seguido a tipologia tipo dos mosteiros cistercienses, tanto a nível interior como exterior.

A ortogonalidade e a proporção eram elementos marcantes de toda a arquitetura da Ordem cisterciense, procurando a geometria, tanto no interior como no exterior do edifício

“proclama-se uma arquitetura para o silêncio e a contemplação, estruturalmente simples e inteligível na sua compacidade plástica, linearmente rígida e formalmente pura. É de elegância serena e nua” (Jorge, 2010, p.8)

Como já referido, em 1911, o Mosteiro de Santa Maria de Seíça torna-se uma unidade industrial e, conseqüentemente, foram feitas mudanças necessárias para que o edifício mudasse as suas funções

Foram construídas algumas zonas de apoio à fábrica: uma grande chaminé em tijolo, junto à igreja, e dois armazéns. Conseqüentemente, a ala Este do Mosteiro foi praticamente destruída, para dar lugar a um dos armazéns dos que tinha ligação tanto ao mosteiro como à zona da igreja. A igreja, que já fora parcialmente destruída aquando da construção da linha férrea do Oeste, foi também adaptada com uma estrutura de madeira – já inexistente-, com dois pisos. No interior do mosteiro também houve outras intervenções, como instalações sanitárias no claustro, mudanças e destruição de paredes e alguns entaipamentos de vãos, ainda visíveis.

Após o encerramento da unidade fabril, o Mosteiro de Santa Maria de Seíça tem vindo a sofrer de desapego e decadência. O edifício presenciou duas funções completamente distintas-e ambas deixaram sinais visíveis no edificado existente. Por um lado, temos a fachada imponente de um Mosteiro, que em tempos foi um marco bastante importante para a região, por outro lado há a grandiosa chaminé construída em tijolo burro, que recorda os anos da unidade fabril que ali funcionou.

É notório que, mesmo em ruína, o Mosteiro de Santa Maria de Seíça nos consegue transportar no tempo para uma realidade que não vivemos, mas que nos diz tanto. O lugar e a memória, unidos.



Figura 32 - chaminé em tijolo burro agregada ao Mosteiro de Santa Maria de Seixa



Figura 33 - Arco toral do mosteiro de Santa Maria de Seixa

3.8 As ruínas nos dias de hoje

Após 449 anos de construção e com o fecho da unidade fabril, a sua última função, o edifício apresenta um estado de degradação e abandono bastante marcado.

Numa primeira apreciação, vemos vegetação a romper por paredes e vãos, vidros partidos ou inexistentes, vãos entaipados, algumas zonas destruídas e outras que já não se reconhecem.

Se avaliarmos o Mosteiro, com incidência na Carta de Risco, datada de 2011, encontramos várias das anomalias enumeradas, que dizem respeito a toda a estrutura do edificado. De um modo geral, a estrutura do mosteiro encontra-se em estado muito avançado de desgaste, contendo fissuras, elementos partidos, como ripas de madeira e pavimentos desnivelados. A zona da igreja, para além de metade ter sido destruída, apresenta vãos entaipados e outros partidos, várias fraturas e degradações nas zonas das colunas/pilares em pedra, coberturas inexistentes e outras bastante envelhecidas. A fachada, para além de deformada e com bastante vegetação, contém muitas zonas de pedras desagregadas, em risco de ruir, manchas de humidade, alguns vãos com gradeamento e outros entaipados. Na zona dos claustros, para além das anomalias semelhantes às descritas na igreja, encontramos também apodrecimento da madeira nos pavimentos e coberturas, degradação de reboco, manchas de humidades, erosão da pedra, a cobertura em telha deslocada ou partida, e alguns dos arcos “deslocados” e em

risco de colapso. Este Mosteiro, está classificado como imóvel de interesse publico, desde 2002 e em 2018 foi requalificado para Monumento Nacional, com o propósito de conseguir ajudas para ser reabilitado.

Contudo, a região de Seiça e as regiões circundantes, não deixam passar os festejos das duas festas de Seiça, a festa de nossa Senhora e a festa D'Ano, duas festas anuais que ocorrem junto ao Mosteiro e à Capela. Duas ações de caráter cultural que juntam bastante população no Vale de Seiça, uma vez que é nessas alturas que a Capela de Nossa Senhora de Seiça está aberta à população. A população é movida pela abertura da capela, pela crença nas lendas e nos milagres, pelas tradições, pela sua identidade que não querem perder no tempo.

Face ao exposto, a fim de se conseguir assegurar a preservação da memória e o património histórico, deve realizar-se uma intervenção de reabilitação e restauro, que acima de tudo considere a região e respeite o passado do edifício. Considera-se, então, que o turismo e a cultura são um ponto fulcral para o futuro do Mosteiro de Santa Maria de Seiça, conseguindo restabelecer a sua identidade e o seu valor.

4. Proposta arquitetónica

4.1. Premissa programática e conceptual

Tendo como base a investigação da parte teórica, perceber a história do lugar e da sua sociedade, conhecer o antes e o agora, é o ponto inicial para a proposta de reabilitação do Mosteiro de Santa Maria de Seixa.

A intervenção tem como objetivo principal responder à necessidade de dinamização da região de Seixa e à salvaguarda do património religioso, restituindo a sua identidade, dando-lhe uma nova vida enquadrando-o no contexto dos dias de hoje.

Seixa é uma zona rural, calma, serena e com pouca população, pertencente à freguesia de Paião. Está a pouca distância de cidades como Coimbra e Figueira da Foz, ambas conhecidas pelo turismo. Coimbra, conhecida pelo turismo de cultura (a universidade, o património eclesiástico, entre outros), é procurada por turistas que querem saber um pouco mais da história da região. Figueira da Foz, conhecida pelas suas praias, conduz os indivíduos a um turismo de lazer.

Propõe-se um projeto que visa promover o lugar e o mosteiro de Seixa através da cultura, turismo e lazer, conseguindo abranger um conjunto maior e diversificado de indivíduos. Assim, como princípio inicial, teremos estas três vertentes para o programa.

Neste sentido, a presente dissertação propõe a requalificação do edifício existente, o mosteiro de Santa Maria de Seixa, que será a zona direcionada para a cultura, e a construção de um novo corpo, que receberá a parte do turismo e lazer e a redefinição da ligação do mosteiro com a capela de Seixa, bem como toda a zona que existe entre ambos, com o objetivo de unificar toda a zona do Vale de Seixa, de forma a potenciar Seixa conferindo-lhe novas atividades e consequentemente impulsionando a economia.

Na zona do edificado, a intenção de requalificar o existente e de anexar um novo volume foi um ponto de partida. Para isso, a comunicação coesa e concreta entre as duas edificações tem de existir, pois um dos objetivos é criar momentos diferentes para cada zona, quer seja interior ou exterior.

Como a intervenção tem como principal preocupação a salvaguarda da memória e da identidade quer do edifício quer do lugar, a adição de um novo corpo não pode obliterar o existente, pelo contrário, deve ser percebida como uma continuidade do traçado. Porém, se esta continuidade é perceptível a nível da implantação, das proporções e de alguma materialidade, no que diz respeito ao desenho arquitetónico pretende-se que haja distinção entre a reabilitação e a nova construção. Como referiu Souto Moura ao

reabilita o Mosteiro de Santa Maria do Bouro: “antigo é antigo, novo é novo. Se for novo, faço as coisas de uma certa maneira... se for antigo, faço-as de outra” (Souto de Moura. 2004. p.50).

Pretendemos que o novo volume não se sobreponha ao Mosteiro de Santa Maria de Seça, e por isso o novo edifício é implantado na sua parte tardoz. Desta forma, quem observa o seu alçado principal não percebe a existência algo novo.

O primeiro contacto visual remete-nos para o passado, pois apenas a identidade do mosteiro é perceptível. Apenas à medida que avançamos para o interior do edifício eclesiástico é que percebemos a existência do novo edifício.

Uma vez que o Mosteiro de Santa Maria de Seça é uma edificação com importância para a região, são preservados elementos que de alguma forma servem para evidenciar o que outrora aconteceu. Mais concretamente a zona da igreja seccionada (destruída), que reflete o tempo da Ordem de Cister, e a imponente chaminé de tijolo burro, que relacionamos com o tempo fábrica de descasque de arroz.

Ambos os elementos atuam na memória, salientando a história e a identidade de Seça e do Mosteiro.

4.1.1. Programa

Como já foi referido, o projeto assenta em três vertentes: cultura, turismo e lazer, que são as atividades procuradas nas principais cidades circundantes: Coimbra – cultura; Figueira da foz – Turismo e lazer.

Pretende-se que a intervenção também destaque estas vertentes. Como são distintas têm a opção de ser usufruídas individualmente, ou em simultâneo, completando-se e enriquecendo o indivíduo que as procure.

É proposto um espaço cultural na zona do Mosteiro de Santa Maria de Seça, onde podemos participar em atividades culturais, perceber a história do lugar, ou apenas visitar e conhecer o Mosteiro de Seça. Salas de exposição, zonas de conferências e workshops são algumas das zonas projetadas para as novas vivências do mosteiro. A zona da nova construção, é projetada abrigar uma pousada e tudo o que esta acarreta. A zona do Vale de Seça, será redefinida para dar lugar a uma zona de estar e de lazer convidativa a passear, a estar e a conhecer. Este espaço foi proposto também para redefinir a ligação com a Capela de Seça. Uma vez que a capela está reabilitada, e é aberta ao público aquando das festividades e romarias da região, era importante que a sua envolvente fosse requalificada e que se integrasse na presente proposta.

4.2. O projeto

Após a explicação das premissas programáticas e conceptuais da proposta para a Reabilitação do Mosteiro de Santa Maria de Seíça, segue-se uma explicação mais detalhada da mesma.

4.2.1 o existente

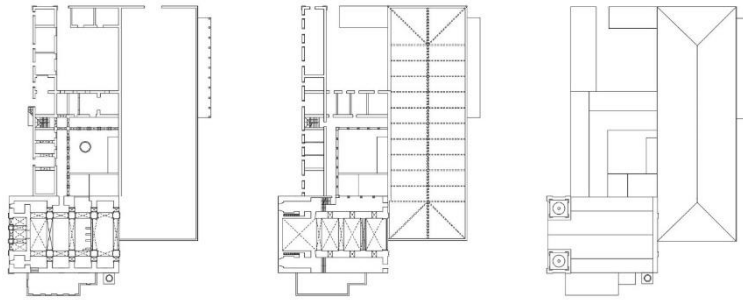


Figura 34 - plantas do existente do Mosteiro de Santa Maria de Seíça

O edifício existente possui dois pisos, onde funcionava o antigo mosteiro (dependências e igreja), uma zona de armazém e um anexo, com apenas um piso, construídos para a atividade fabril, bem como a chaminé em tijolo burro. Assim conseguimos ter noção dos dois usos diferentes que ali permaneceram – mosteiro e unidade fabril.

Pela observação das plantas, entendemos que outrora existiram dois claustros, o que nos garante que em tempos o mosteiro albergava bastantes monges. Ainda percebemos algumas zonas do mosteiro, principalmente na igreja, mesmo que metade esteja destruída. O edifício do mosteiro é composto por pequenas salas, divididas sem métrica ou lógica aparentes, onde muitas vezes encontramos paredes destruídas para aberturas de novos vãos.

Após a análise da organização do mosteiro e do programa que escolhemos, consideramos que a zona do armazém e do anexo a sul, não seriam interessantes para o nosso projeto. Para além da sua degradação, o seu valor arquitetónico era bastante reduzido.

Assim pretendemos dar uma nova vida à zona tardoz do mosteiro construindo o novo volume, e toda uma zona de estar exterior a uma cota mais baixa. Por sua vez, o edifício do mosteiro, é reabilitado de forma a conseguir abranger o programa proposto. Tentamos manter o que conseguíamos para não perder a organização morfológica do mosteiro. Contudo, com as diversas intervenções, foram construídos volumes que não se enquadram nesta organização e que propomos demolir. Impõe-se a abertura de novos vãos, a reconstrução de paredes e a recuperação de toda a cobertura, porém o respeito pela pré-existência é o foco principal da proposta de reabilitação.

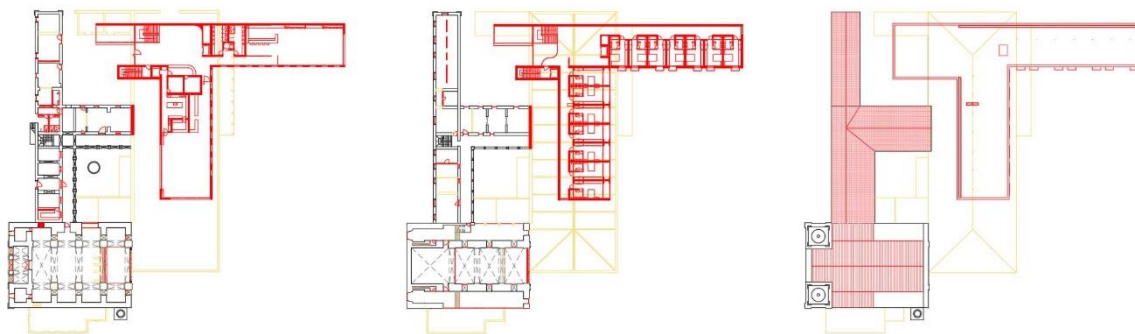


Figura 35 - plantas vermelhos e amarelos do Mosteiro de Santa Maria de Seixa

4.2.2. A proposta

A proposta, como já se referiu, consiste numa reabilitação e na adição de um novo corpo, bem como na requalificação da zona que une o mosteiro à Capela, o Parque do Vale de Seixa.

Remetendo-nos a Francisco de Garcia (1992) e aos princípios de intervenção numa pré-existência que estabeleceu, abordados no segundo capítulo desta dissertação, na intervenção do mosteiro de Santa Maria de Seixa pretendemos utilizar em diferentes momentos estes três princípios: inclusão, interceção e exclusão.

A estratégia da inclusão será utilizada na zona do mosteiro – a intervenção será na totalidade no interior do mosteiro, procurando manter a sua imagem original. O princípio da interseção será observado na zona da igreja – são propostos novos materiais, uma nova imagem para a parte tardoz e o prolongamento da intervenção para o exterior. Finalmente, a exclusão será praticada na zona do novo corpo – apesar do novo corpo comunicar com o existente através da criação de zonas exteriores comuns, e haja um forte controlo da relação de escala, procura-se uma imagem diferenciada para cada um dos edifícios.

O terreno é circundado por uma massa arbórea, na sua maioria de árvores de grande e médio porte (pinheiro, eucaliptos e choupos), o que torna o Vale de Seixa numa zona calma e sossegada. Contudo, uma vez que o mosteiro se localiza numa zona rural e com pouca movimentação viária, o seu acesso não está preparado para a receção de grandes grupos. Por isso é reestruturada a Rua Nossa Senhora de Seixa.

O desenho da rua modificou-se para conseguir dar resposta a uma maior afluência. Assim, propomos que a via passe a ser mais larga, e que sejam executados passeios, assim como uma ciclovia na zona do Parque.

Por conseguinte, também a Rua Capela de Nossa Senhora de Seixa, que dá acesso à Capela de Nossa Senhora de Seixa é reestruturada. Uma vez que é necessário

estacionamento exterior, tanto para servir o edifício como o Parque, são propostos os estacionamentos nessa via.

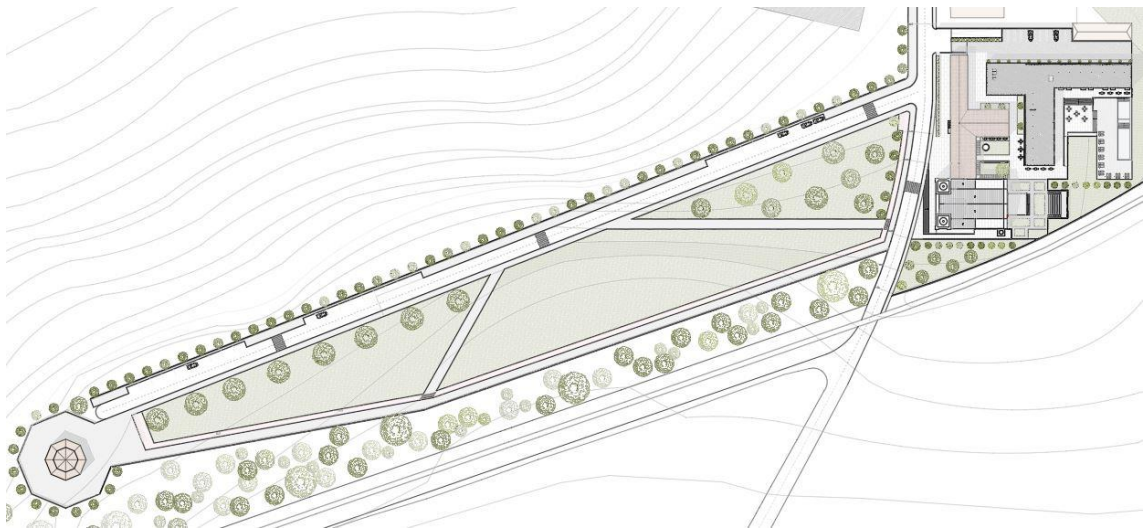


Figura 36 - proposta de intervenção para o Mosteiro de Santa Maria de Seixa e envolvente

O parque do Vale de Seixa

Procura-se revitalizar o espaço entre a Capela e o Mosteiro de Santa Maria de Seixa, dar-lhe novos momentos destinados ao desporto, ao lazer e ao repouso.

Uma vez que Seixa se desenvolve numa meio bastante rural, ao intervirmos arquitetonicamente temos de ter a sua identidade em atenção e vários parâmetros, para a intervenção não ser considerada abusiva. Assim, de forma a não fazer uma intervenção demasiado excessiva, tiramos partido da morfologia do terreno e optamos pela criação de um parque que desse resposta tanto ao Mosteiro de Seixa como à Capela.

A zona do parque é contruída por uma cota mais baixa, onde fica a linha férrea, e por uma cota mais elevada onde foram edificados a Capela e o Mosteiro. Entre a capela e a linha férrea existe uma grande zona de árvores de grande porte que funciona como uma barreira sonora e visual.

A ligação entre a capela e o Mosteiro de Santa Maria de Seixa pode ser feita por automóvel, ou através de percursos pedonais e ciclovias. São dispostas zonas de estacionamentos para bicicletas e para automóveis ao longo da via reconstruída, para cativar maior adesão ao Parque do Vale de Seixa. Todas estas ligações compreendem zonas de estar onde conseguimos desfrutar do enquadramento da paisagem, oferecendo vários momentos para qualquer visitante de Seixa. Estes espaços estão projetados para permitir diversas atividades, umas zonas estão com maior densidade de vegetação

arbórea para atividades mais prolongadas, onde se pretenda usufruir da sombra, e outras zonas com vegetação mais controlada.

Junto à capela, uma vez que é reabilitada e zona onde fazem as romarias e festejos da região, existe um espaço amplo para concentrar um grande grupo de pessoas. A capela, com o seu carácter cultural, surge também como resposta para a criação do Parque do vale de Seiça.

O espaço cultural do Mosteiro de Santa Maria de Seiça

Da estrutura original do mosteiro apenas resta a zona da igreja e parte das dependências. O restante edifício foi destruído com a construção da linha férrea, como a igreja, ou com a construção da fábrica de descasque de arroz.

Uma vez que estamos a intervir no património arquitetónico de Seiça, a perceção e compreensão do mesmo, é uma das premissas iniciais para a intervenção no edifício, uma vez que a é um fator chave para diferenciação das sociedades – devido às interações entre as pessoas e o lugar. Neste caso, o Mosteiro de Santa Maria de Seiça é um monumento histórico que ao longo dos anos veio a adquirir memórias, que nos dias de hoje nos fazem reviver momentos.

Este edifício abrigará a vertente cultural do programa proposto. Uma vez que evoca memórias e vivências de momentos passados neste lugar, o que não seria conseguido da mesma maneira através de um edifício projetado de raiz.

Como defende Cesare Brandi (2000), o restauro do edifício deve constituir uma intervenção onde conseguimos identificar a sua história, preservando os testemunhos das antigas vivências. No caso do mosteiro de Seiça pretendemos demolir os elementos que não lhe trazem valor, para podermos evidenciar a identidade do edifício e simultaneamente adapta-lo a uma nova função. A arcaria do claustro, a cantaria, os arcos dos interiores das salas e outros elementos que fazem parte do original mosteiro são mantidos, e por sua vez, é assumida a chaminé em tijolo burro, que nos remete para a unidade fabril.

Como no projeto do Arquiteto Souto de Moura, na pousada de Santa Maria do Bouro, o conceito inicial do projeto passa pela recuperação da ruína, mantendo a essência do edifício, dando-lhe uma imagem contemporânea sem entrar em conflito com a sua identidade.

O momento de entrada para o espaço cultural acontece na fachada principal do mosteiro, onde seria a antiga entrada, uma vez que o vão se destaca pelo dimensão e ornamentação.

O piso térreo comporta a zona de receção e *lounge*, zona administrativa, bar e loja, que permitem acesso ao claustro onde podemos encontrar uma zona de esplanada agregada ao bar. O segundo piso é destinado a salas de grupos. Assim, as salas projetadas são: salas de conferências, sala de exposição permanente da história do Mosteiro de Santa Maria de Seixa e uma zona para workshops. As divisões são orientadas para o parque do Vale de Seixa e/ou para o claustro.

Na igreja, tal como em todo o edifício do mosteiro, a preservação da memória é um ponto crucial. Aqui, desenvolver-se-á uma zona polivalente sem programa definido, constituindo um espaço de contemplação que pode ser visitado e usufruído por qualquer indivíduo. A igreja do Mosteiro de Santa Maria de Seixa estará pronta para receber diversos programas, desde conferências, exposições, espetáculos e eventos como teatros, concertos, entre outros. Na parte superior, acessível pela zona do mosteiro, por cima das capelas laterais, encontramos os acessos para as torres onde são criadas varandas, uma com vista para o Vale de Seixa outra com vista para o claustro, e de ambos os lados conseguimos ver o interior da igreja. Por cima da zona da abóboda de aresta – entrada da igreja - é projetada uma zona de passagem de uma varanda para a outra, que pode tornar-se numa zona de estar a desfrutar um espetáculo.

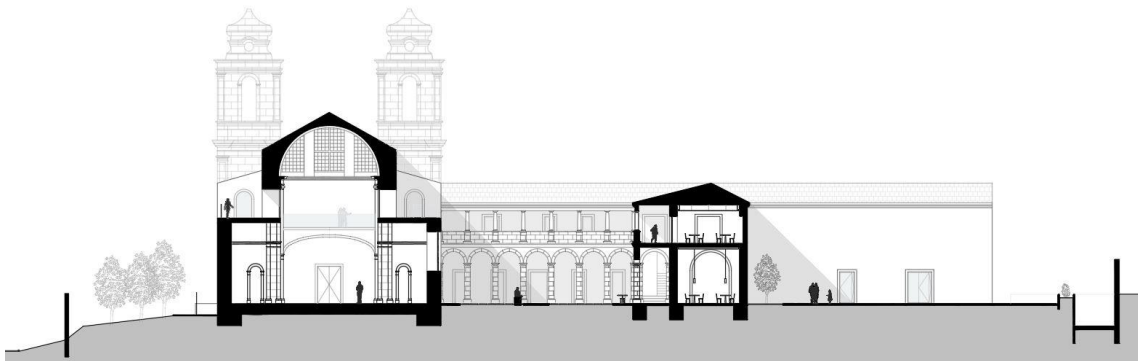


Figura 37 – proposta para a igreja, criando as varandas laterais – desenho sem escala

A parede no tardo da igreja, que foi entaipada aquando da construção da linha ferroviária, é aberta para conseguir uma ligação entre o interior e o exterior. Nesta zona, onde o edifício foi seccionado, é proposta a construção de uma área de patamar que crie uma ligação interior / exterior e que poderá servir como palco para alguns eventos. Esse palco pode funcionar tanto para o interior da igreja como para o exterior, uma vez que é possível a abertura total dos vãos, possibilitando assim dinâmicas diversas.

A parede tardoiz é projetada com duas portas em fole para quando as mesmas forem totalmente abertas ocuparem menos espaço, com altura de 6,40m para assim não interferir com a vista interior/exterior. Na zona superior, no arco toral, é proposto uma janela, alinhada pela janela termal na fachada principal, para conseguir outra entrada de luz natural. Assim conseguimos diferentes intensidades de luz em diferentes horas do dia.

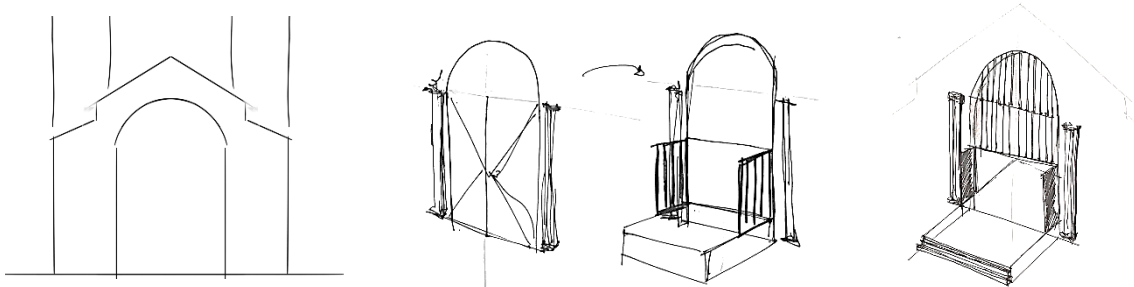


Figura 38 - esquiços zona tardoiz igreja

Finalmente, no espaço exterior imediato, no extremo Este, projetou-se uma estrutura metálica, revestida a madeira, com duas funções: a função de miradouro, voltado para nascente, e a função de bancada ao ar livre, voltada para o palco que acabamos de descrever.

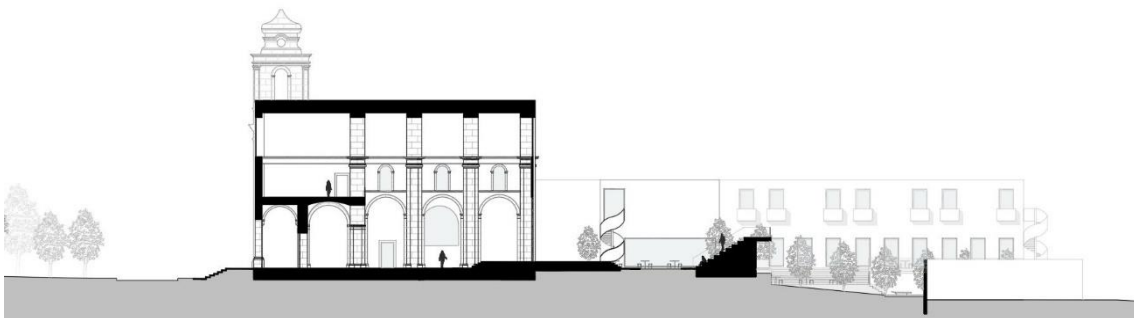


Figura 39 - corte 02 - percepção de miradouro e bancada

A pousada de Seiça

Ao projetar-se o novo corpo, teve-se como preocupação manter a identidade do edifício do mosteiro, assumindo-o como elemento principal. Para isso, optou-se por criar um volume horizontal, com uma cêrcea que não ultrapassa a cimalha da pré-existência, de forma a evidenciar os seus elementos verticais, neste caso a chaminé e a igreja.

O edifício é implantado de modo a que não seja perceptível no primeiro contacto visual com a fachada principal do Mosteiro de Santa Maria de Seiça. Dessa maneira, é estrategicamente “oculto” pela construção existente. Procurámos seguir o traçado simples e ortogonal do mosteiro, e optamos por projetar o edifício sem ligação interior

ao espaço cultural, para separar o que é novo do existente, e desta forma conseguimos vários momentos em diferentes zonas exteriores.

Num caso de estudo atrás referido, a Pousada da Flor da Rosa, o arquiteto Carrilho da Graça procura evidenciar o contraste entre o mosteiro e o novo corpo. A arquitetura contemporânea, a cor clara e a horizontalidade, foram valores utilizados por Carrilho da Graça, que também se procurou utilizar na pousada de Seíça.

Outrora nos mosteiros, o ponto essencial do edifício seria o claustro, uma zona privada e resguardada, para onde viviam os monges. Também no novo edificado procurámos aplicar essa lógica. Não tanto para viver para o interior do edificado, mas para dar mais privacidade a cada um dos edificios propostos, e valorizar os vãos para os pontos de vista principais. Por isso propomos que o alçado norte seja cego, para ter uma maior privacidade e salientando as vivências para o interior do edifício.

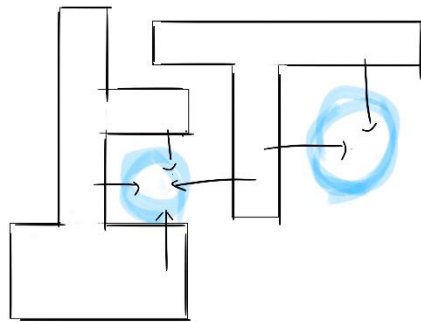


Figura 40 - esquema das vivências para o interior

Ao nível programático a pousada é distribuída por três pisos. O piso inferior, comporta o estacionamento, zona de cargas e descarga, todas as zonas técnicas necessárias, os balneários dos funcionários e uma zona de Spa. Este é composto pelos balneários, sauna, banho turco, gabinetes de massagens individuais ou em casal e a piscina interior. Este piso, dará acesso à piscina exterior e zona de estar. O acesso exterior é realizado por uma rampa destinada a entrada e saída de viaturas a norte do mosteiro. O piso térreo é desenvolvido pelos espaços sociais do edifício. A entrada para a pousada localiza-se onde antigamente seria localizado o segundo claustro do mosteiro. Projetado um duplo pé-direito e convidando as pessoas a entrar, seguindo-se a receção e o *lounge* onde estão os acessos verticais. Na zona orientada para sul encontramos as instalações sanitárias, e uma zona de bar com zonas de mesas e sofás. Na zona orientada para nascente, encontramos um restaurante que poderá ser utilizado por quem esteja a utilizar a pousada, como também por quem vá apenas tomar uma refeição. Comporta uma zona de bar, uma cozinha constituída por zona de confeção, zona de serviço e a zona suja, e a sala do chefe de cozinha. Esta zona tem vista para o claustro, para o tardoz da igreja e para a zona mais privada da pousada, conseguindo vários momentos de contemplação.

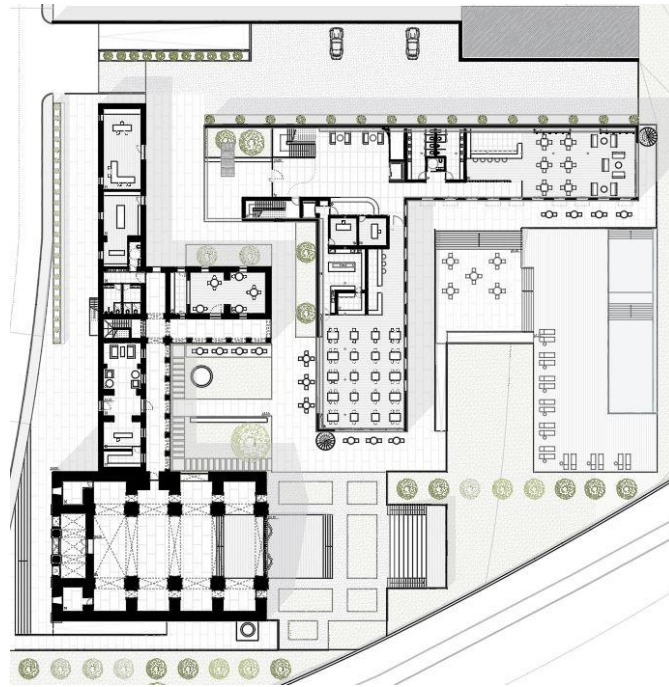


Figura 41 - piso 0 - desenho sem escala

No primeiro piso, localizam-se os quartos com 2 tipologias. Todos são projetados para conter instalação sanitária, zona de arrumação e zona de estar e dormir. O que diferencia as tipologias são os vãos. Os quartos orientados a sul possuem um vão mais reduzido com apenas um varandim para contemplar a paisagem, enquanto os quartos orientados a nascente têm uma varanda coberta com vista para o vale com zona para estar.

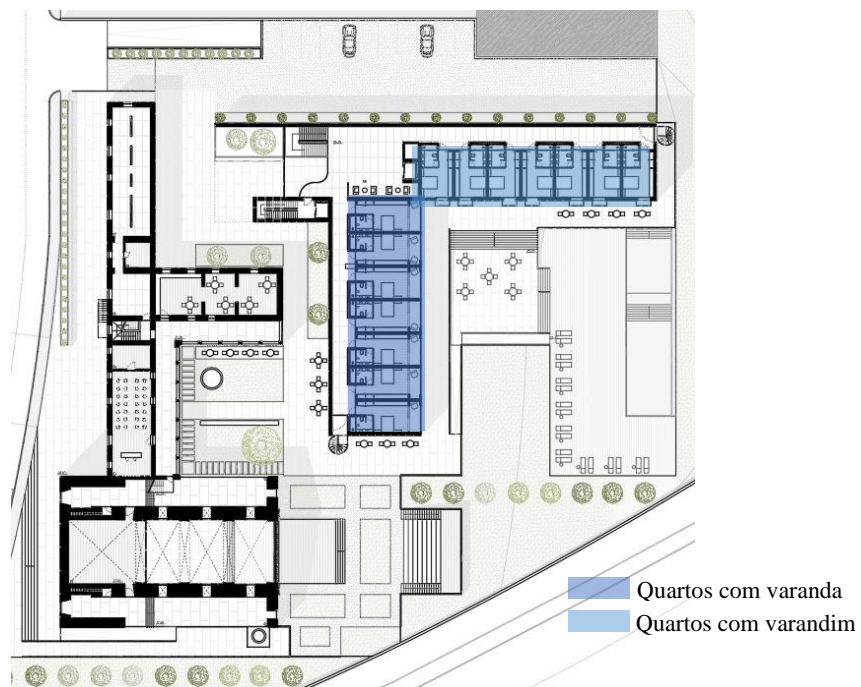


Figura 42 - piso 1 – desenho sem escala

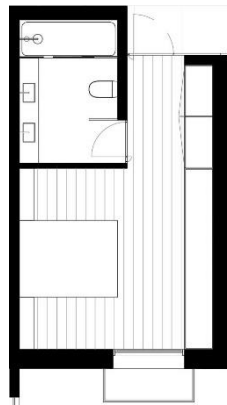


Figura 43 – quarto com varandim – desenho sem escala

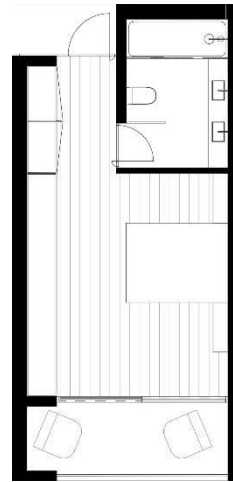


Figura 44 – quarto com varanda – desenho sem escala

Ao entrar nos quartos encontramos uma área com o pé direito mais baixo do que o restante quanto. O pé direito mais baixo é propositado dando a entender que é uma zona de passagem, neste caso arrumos e zona de entrada para a instalação sanitária, como também servirá para ocultar o ar condicionado. O interior do quarto é desenhado para comportar uma zona de armários altos, na zona de entrada, e uma zona de estante de frente para a cama. A madeira será utilizada tanto para acabamentos, como o pavimento, para toda a mobília bem como para a zona da cabeceira da cama.



Figura 45 - corte quarto com varandim – desenho sem escala

Ambos os corredores possuem uma saída diretamente para o exterior, que por sua vez conduz os indivíduos para zonas exteriores comuns das esplanadas da pousada. Na cobertura encontramos “rasgos” que servem para a entrada de luz natural desses mesmo corredores.

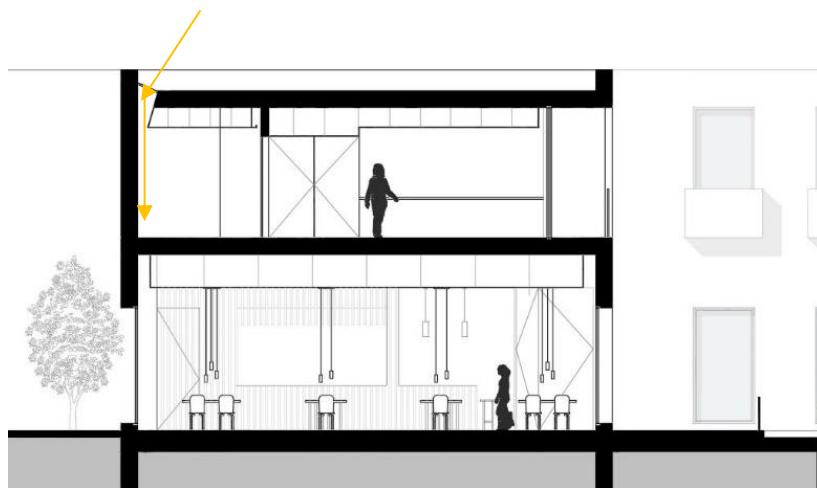


Figura 46 - corte 05 – desenho sem escala

A área exterior de todo o edificado é projetado de forma que haja várias zonas, para diferentes momentos de contemplação. Conseguimos encontrar três zonas distintas, o claustro, o tardo da igreja e a zona da piscina e esplanada da pousada.

Todas as zonas são de livre acesso e acessíveis tanto pelo exterior como pelo interior dos edifícios. Comportam zonas de jardim, esplanada e zonas de estar para que se consiga usufruir da melhor maneira cada espaço.

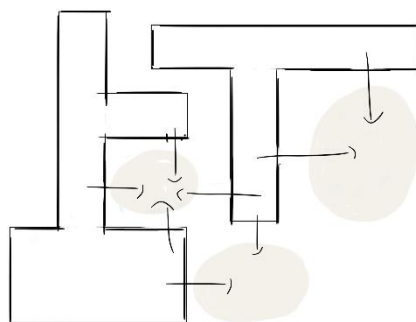


Figura 47 - esquema das várias zonas de contemplação

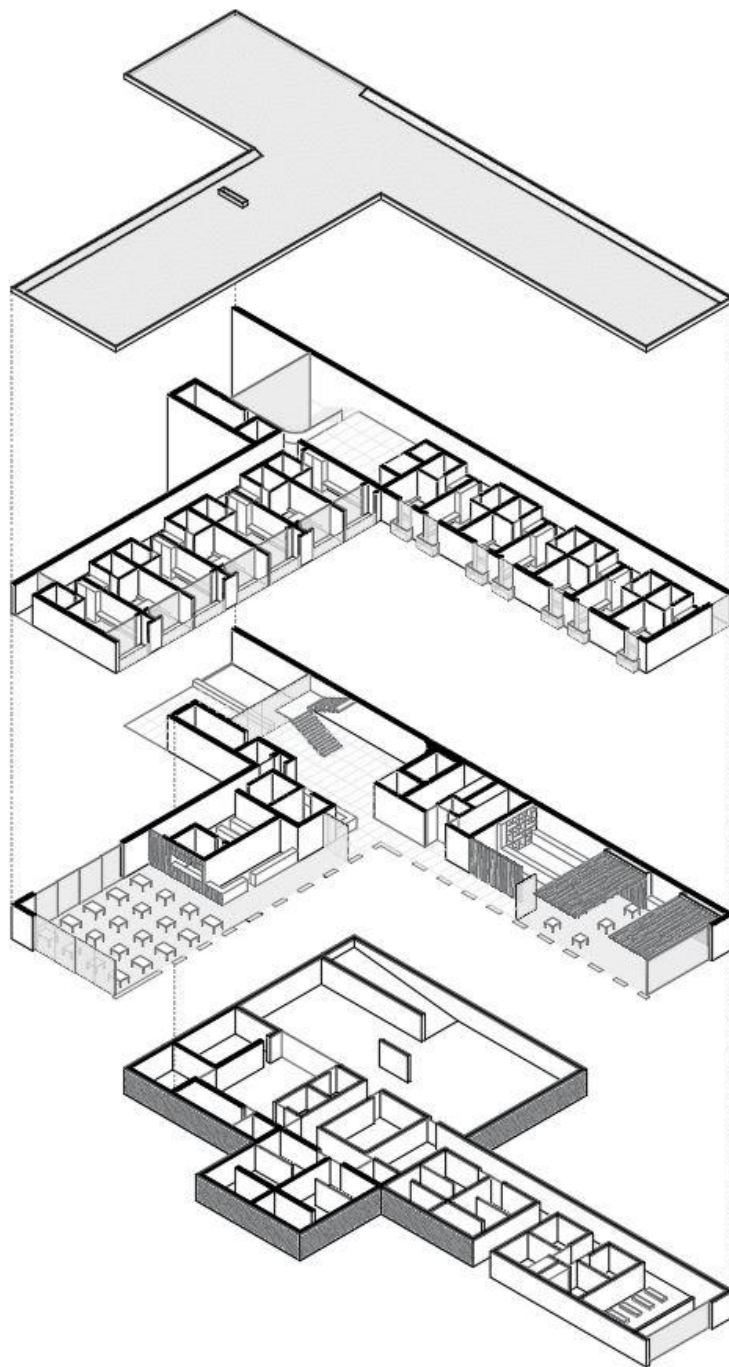


Figura 48 – Axonometria pousada

4.2.3 Materialidades

Para conseguir o equilíbrio entre a nova construção e a existente propõe-se materialidades que unam todo o edificado.

No Colégio da Trindade, dos Aires Mateus em Coimbra, a materialidade da intervenção não ofuscou a pré-existência, pelo contrário ajudou na criação de novos espaços criando o contraste com o existente. Nesta dissertação é também essa a premissa. Propomo-nos a restaurar a pedra existente e contrasta-la com o restante edifício dando-lhe uma linguagem contemporânea, nunca esquecendo a identidade do Mosteiro de Santa Maria de Seica.

A pedra e a madeira, são os materiais base para os acabamentos deste projeto.

Na zona do mosteiro, optamos por manter os materiais originais onde fosse possível - toda a zona dos arcos, das galerias do piso superior e as ombreiras de todos os vãos são restaurados, contudo, devido ao seu estado de degradação, algumas zonas e elementos foram modificados. É também proposta uma nova estrutura em madeira para conferir estabilidade ao edifício. Nos pavimentos interiores optamos por colocar pedra (Regina Limestone) nas zonas de entrada e *lounge*, e madeira (pinho nacional) nas restantes divisões, que dará maior conforto visual e térmico para a permanência no espaço. A cobertura será reconstruída em telha lusa, mais semelhante com o que em tempo existiu. Todo o acabamento dos tetos, das paredes interiores e exteriores terá cor branca, o que lhe conferirá leveza e contraste com a pedra existente.

Na igreja, alguns elementos encontram-se bastante danificados. Nesta zona da intervenção a proposta procura restaurar o existente mantendo-o mais parecido com o original. Aqui propõe-se um teto em abóbada de berço feito com gesso cartonado, para evocar o que antigamente existia, protegido por uma cobertura revestida a zinco. O pavimento, tanto interior como exterior, é em pedra, de acordo com a identidade do edifício. O placo no tardo da igreja será construído com uma estrutura metálica revestida a madeira, assim como a zona de miradouro no tardo da mesma - estrutura metálica revestida a madeira.

No novo corpo assumimos as mesmas materialidades do mosteiro: pavimento em pedra para zonas que distribuição, e pavimento em madeira para zonas de estar, como restaurante, bar e quartos. A madeira é utilizada também para criar separação de espaços em algumas zonas do edifício, como nos quartos e no bar.

Por sua vez, as escadas exteriores têm uma construção e acabamentos semelhante ao miradouro – estrutura metálica e guardas de cor branca (seguindo a cor do edifício) e degraus revestidos com madeira.

Todo o acabamento interior e exterior é pintado à cor branca assumindo a mesma linguagem da pré-existência.

Para os pavimentos exteriores na zona com maior área foi escolhida a pedra Lioz Abancado com acabamento areado, para ter alguma rugosidade.

Para a zona de estacionamento exterior é utilizado o pavimento em betão aparente.

Tentamos que toda a edificação tenha uma linguagem simples e coerente tanto no mosteiro como no novo corpo.

5. Conclusão

Em estado de ruína, o mosteiro de Santa Maria de Seiça, carece de uma intervenção urgente que o valorize e restitua a sua identidade. Sendo este edifício e um marco para a região, a sua reabilitação será uma mais valia para a cultura local.

Concluimos que quando pretendemos reabilitar um espaço com uma memória e identidade tão presente, precisamos de ter em conta vários fatores. Através do desenvolvimento teórico desta dissertação percebemos que a memória é um elemento essencial para a intervenção no património construído, uma vez que nos ajuda na compreensão da pré-existência, do lugar e da sociedade, ajudando na cultura da identidade, mas potenciando novos modos de habitar. Desta forma a memória surgiu com um dos conceitos para esta dissertação

No caso específico do Mosteiro de Santa Maria de Seiça, o pacato lugar de Paião possibilita que o turismo e o lazer façam parte da nova proposta de reabilitação. Começamos por tentar perceber quais os conceitos que devíamos seguir e como o projeto se podia desenvolver sem entrar em conflito com a pré-existência.

Em Portugal, existem bastantes monumentos eclesiásticos que, apesar de contribuírem para a identidade e dinamização do lugar, são esquecidos e acabam por degradar-se com o tempo, ficando apenas como memórias de um tempo passado.

Percebemos que intervir no património é ter capacidade de adaptação às novas necessidades, é um processo complexo de consolidação entre o novo e o existente. Assim, a intervenção proposta procura ser uma solução que recupere o espaço existente e mantenha a memória, preservando uma herança do passado.

6. Bibliografia

AIRES MATEUS. (2017). *Colégio da Trindade, Coimbra* [apresentação em poster]. Prémio Nuno Teotónio Pereira.

AIRES MATEUS. (2017). Reabilitação do Colégio da Trindade / Aires Mateus. - <https://www.archdaily.com.br/br/876540/reabilitacao-do-colegio-da-trindade-aires-mateus>

ANTTONEN, Maria Rosa & Medlam, Margarida. (2014). *Santa Maria de Ceíça*. Margarida Medlam.

BAEZA, Alberto Campo, (2013). *Principia Architectonica*. Caleidoscopio

BARROS, Ricardo Miguel da Chão (2018). *O Património construído como ponto de partida contemporâneo*. [Dissertação de mestrado não publicada] Universidade Lusófona do Porto.

BRANDI, Cesare (2000). *Cesare Brandi Teoria del Restauro*. Piccola Biblioteca Einaudi.

CABETE, António Ferreira (2015), *O mosteiro de Santa Maria de Seíça: das origens aos alvares da modernidade*. (1ª edição) Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz, [dissertação de mestrado da Universidade de Coimbra]

CARNEIRO, Neri P. (2009). *Memória e Património: Etimologia*. Webartigos. <https://www.webartigos.com/artigos/memoria-e-patrimonio-etimologia/21288>

CHOAY, François (2014). *Alegoria do Património* (3º ed.). Edições 70

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO CRACÓVIA 2000, 2000, *Carta de Cracóvia*. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

GRACIA, de Francisco. (1992). *Construir en lo construído. La arquitetura como modificación*. Madrid. Nerea.

HALBWACHS, Maurice. (1990). *A memória coletiva*. Brasil. Edições Vertice

JORGE, Virgolino Ferreira. (2010). *Organização espaço-funcional da abadia cisterciense mediev*. Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, nº95, 5-35.

LE GOFF, Jacques, (2013). *História e memória*. 7ª ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp

LOPES, Kevin Rodrigues. (2017). *Habitar a memória. Reabilitação do Mosteiro de Santa Maria de Seça*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura de Universidade de Lisboa]. Repositório aberto da Universidade de Lisboa. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/15345>

MARQUES, Ana Luísa. (2005). *Tutte l'opere d'architettura et prospetiva na arquitectura de Seça*. [Dissertação de mestrado da Faculdade de Belas Artes]. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/15746/2/ULFBA_PER_ARTE%20TEORIA_N7_2005.pdf

MARTINS, Ana Maria. (2011), *As arquiteturas de Cister em Portugal. a atualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território*. [Doutoramento da Universidade de Sevilha]. <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/693>

ORDEM DOS ARQUITETOS - *Colégio do Património Arquitetónico (CPA)*, <https://arquitectos.pt/documentos/1527004481H9jWX4in5Sd23ZB3.pdf>

PEREIRA, Bruna Filipa Fernandes. (2019). *O Mosteiro de Santa Maria de Seça: uma ruína que aguarda uma reabilitação*. [Dissertação de mestrado da Universidade do Minho]. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/66061/3/Bruna%20Filipa%20Fernandes%20Pereira.pdf>

PEREIRA, Rômulo Martins (2011). O espaço e o tempo como intuições puras: um estudo acerca dos argumentos presentes nas exposições metafísicas da “Estética Transcendental”. *Revista Ensaios Filosóficos*, Vol. 3, 121 – 131.

PINHEIRO, Fábio Cristiano Ferreira. (2014). *Património e Pousadas, uma intervenção arquitetónica no Santuário de Nossa Senhora do Cabo*. [Dissertação de mestrado em Arquitetura da Universidade da Beira Interior]. Repositório aberto da Universidade da Beira Interior. <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/5229>

RIEGL, Alois, (2020). *O culto moderno dos Monumentos e outros ensaios estéticos*. Edições 70.

RODRIGUES, Donizete. (s/d) “Património Cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica”. *Ubimuseum – Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira interior*. <http://www.ubimuseum.ubi.pt/no1/docs/ubimuseum-no1-pdf/CS3-rodrigues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>

SILVA, e Brito de Gastão. (2014). *Portugal em ruínas*. Lisboa. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

SILVA, Inês Gonçalinho. (2019). *Da memória à reabilitação do património. Proposta para a criação de uma pousada no Mosteiro de Santa Maria de Seiça*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura de Universidade de Lisboa]. Repositório aberto da Universidade de Lisboa. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/19238>

SERVIÇO INTERNACIONAL DE MUSEUS, 1931, Carta de Atenas – Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o restauro dos monumentos.

SOUTO DE MOURA, Eduardo. (2004). *Santa Maria de Bouro, construir uma pousada com as pedras de um Mosteiro* (2^oed.). Lisboa. White & Blue Edições, Lda.

UNESCO, (1972), *Recomendação sobre a proteção, no âmbito nacional, do património cultural e natural*, publicado no livro “*Património Cultural, critérios e normal internacionais de proteção*” de Flávio Lopes e Miguel Brito Correia, Editora Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2014, pp. 175-186

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS E DE TÉCNICOS DE MONUMENTOS HISTÓRICOS, 1964, *Carta de Veneza*.
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

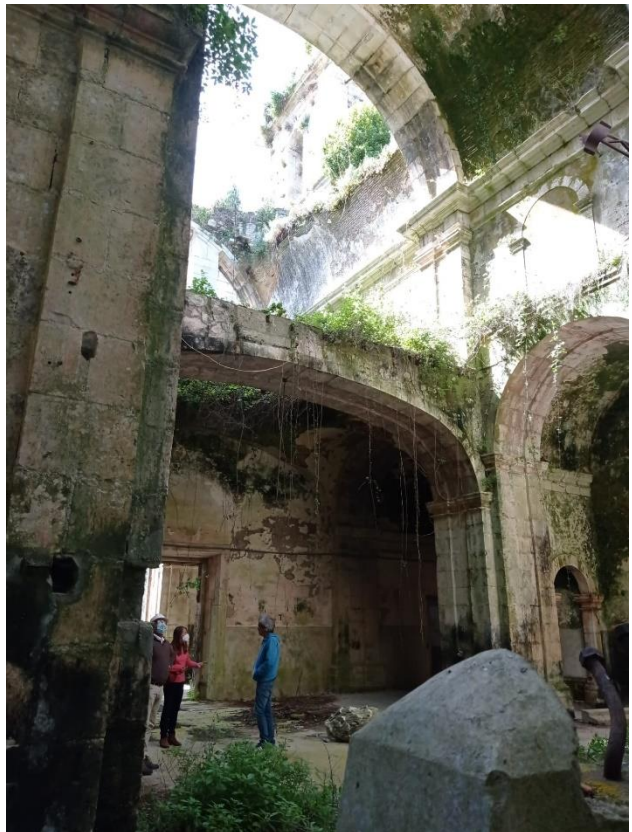
7. Apêndices

Levantamento fotográfico pela autora













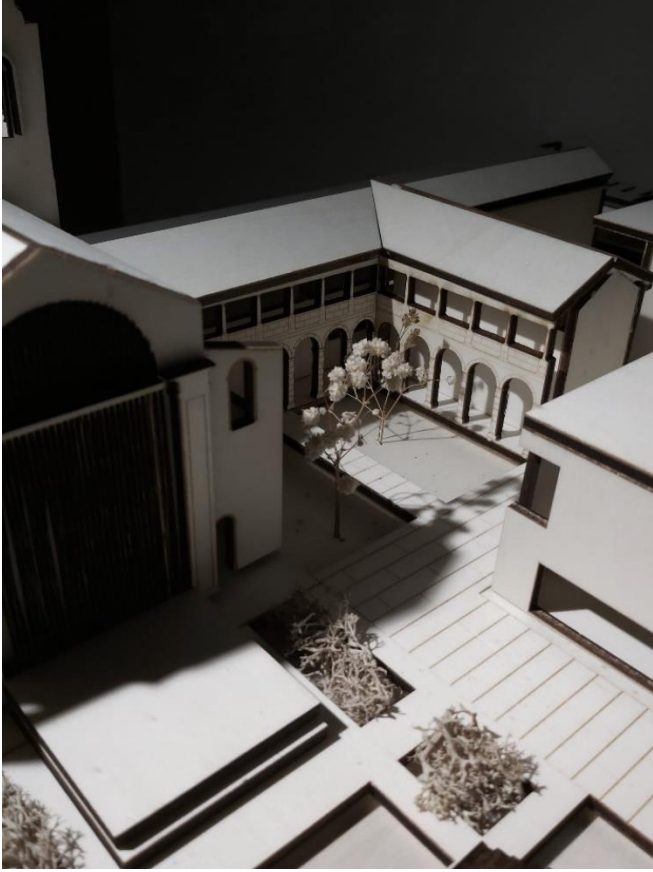






Imagens da maqueta da proposta







8. Anexo

8.1 A lenda do abade João

O Santo Abade João afirma graves autores, que fora filho natural de Dom Fruela, e meio irmão de el Rei Bermudo o Diácono e de D. Afonso o Católico. Este cansado de seguir a Corte dos Reis e também do exercício da guerra, em que se exercitava com uns grandes desejos de salvação, se retirou ao Convento de Lorvão e nele vestiu o hábito de monge e seguiu a regra que nele se professava. Procedeu João com tão grande exemplo de virtudes, que faltando o Abade daquela Casa, foi ele eleito em seu lugar. Nesse tempo o visitou seu sobrinho el Rei Dom Ramiro o primeiro (que se achava em Portugal fazendo guerra a Mahomed Cid senhor de Gaia e a Muley Achem senhor de Águeda de onde depois de os vencer passou a Lamego e Viseu rendendo tudo à sua obediência) o qual compadecido da grande pobreza, com que os monges daquela Casa viviam, e dos frequentes danos, que cada dia experimentavam dos mouros, lhe fez uma larga doação de muitas possessões em que entrava a vila de Montemor-o-Velho com todos os seus direitos e pertenças, com obrigação de que no castelo tivesse presidio de soldados, para que resistissem e defendessem as entradas, que os mouros por ali faziam. Passou-se o Abade com alguns dos seus monges a Montemor, onde depois de prover o castelo de soldados, armas e mantimentos, prevenindo-se como experimentado para os sucessos futuros, dando a capitania a seu sobrinho D. Bermudo, tratou de edificar na mesma vila um convento, em cuja igreja colocou uma milagrosa imagem de Nossa Senhora, que era ali venerada em alguma ermida de tempos antigos, (senão é que ele logo, que erigiu a igreja, a colocou, por a haver mandado fazer) a qual resplandecia em muitos milagres e obrava muitas maravilhas. Com esta sagrada imagem tinha o abade João muita devoção. Sucedeu, que passados alguns tempos, sentido por ciúmes ou inveja, um mancebo chamado Garcia Janhes a quem o santo Abade havia criado e feito grandes favores, sendo Esta lenda, por vezes, também aparece referida como a lenda dos Degolados de Montemor. Optou-se pela versão do Santuário Mariano de Frei Agostinho de Santa Maria, por ser o autor que concentra uma maior riqueza de pormenores e de elementos simbólicos. Ele por ser filho de não conhecidos pais, indigno de todos, se passasse aos mouros, e fosse a buscar el Rei de Córdoba Abderraman, a quem se ofereceu, não só para deixar a santa lei, e fé de Nosso Senhor Jesus Cristo e seguir a falsa de Mafoma, para que o fizesse senhor de Montemor e de tudo o mais que o rei Ramiro havia conquistado em Portugal. Com estas promessas juntou o rei mouro

um poderoso exército, que constava de muitos milhares de mouros e entrando com eles pelas terras de Portugal, fazendo em todas hostilidades e crueldades de bárbaro e inimigo dos cristãos, se veio a Montemor em companhia de [Abdala] Culema (que este nome tomou o pérfido Janhes na sua apostasia da fé) onde lhe pôs um duríssimo cerco atalhando-lhe todos os caminhos de socorro, que lhe podia vir, apertando aos moradores cercados com muitos e fortes combates. Estava dentro o abade João com alguns dos seus monges e com toda a gente e mantimentos que pode juntar, depois que se certificou da vinda dos mouros. E como homem que em sua mocidade havia exercitado as armas, e sabia muita da milícia, rebatia os assaltos e combates dos inimigos valorosamente, que sempre os fez retirar com muito maior perda daquela que eles lhe causavam. O que visto por Culema e sabendo quão leal e animosa era a gente que assistia ao Abade, o muito sangue que havia de custar a empresa, cometeu partidas ao Abade com palavras brandas, pedindo-lhe que se entregasse à mercê de el Rei Abderraman, assegurando-lhe prémios e muitos maiores, quando deixada a fé de Cristo, que professava se se quisesse preverter aos malditos de Mafoma, como ele havia feito. A esta diabólica embaixada deu-se-lhe a resposta que ela merecera tal que Culema perdeu as esperanças de entrar na praça, enquanto nela houvesse pessoa viva, que a defendesse. Por onde se dobraram os assaltos nos mouros e nos cristãos o ânimo e o valor em resistir, chegando a pertinácia de uns e a constância de outros a estado, que depois de grandes assaltos e feitos de armas, começaram a faltar os mantimentos, sem ser possível a Teodomiro, que era prelado de Lorvão, de lhe poder acudir com eles, como até ali havia feito, pela grande vigilância dos mouros. Vendo-se os cristãos no último estado de miséria, onde não restava mais, que render-se ao vencedor, ou perecer à fome dos muros adentro, tratavam entre si do meio que teriam para escapar de tão cruéis extremos. E cerrando-lhe a presente ocasião todos os caminhos do remédio, vieram a dar em um, mais para admiração dos que o lerem, do que para imitação dos que vivem, e fora de ser pouco decente em gente cristã e religiosa e totalmente arriscada, todavia de ânimo verdadeiramente português, cujo natural foi sempre remediar grandes males com soluções espantosas. Foi esta, que degolando as mulheres, para que não viessem a ser afrontadas e os meninos para que não pudessem ser constrangidos a deixar a fé de Jesus Cristo Nosso Senhor; queimando todas as coisas de preço, que havia dentro do castelo, saíssem ao campo a buscar o inimigo, onde venderiam as vidas como valorosos cavaleiros, vingando nos inimigos a perda de suas vidas, para que a vitória fosse tão lamentável, que se não pudessem alegrar de a haverem alcançado. Assentada esta resolução muito para lastimar, foi o abade João o primeiro que executou esta áspera sentença degolando ele mesmo a sua irmã e sobrinhos, que se entende seria Dona Urraca, mãe de D. Bermudo e dos mais. Fez-se

este espantoso sacrifício em uma madrugada, depois de se confessarem e comungarem, como o fizeram todas as mais pessoas, e em que cada um tirava a vida à coisa que mais amava, derramando o sangue, que via correr da garganta da esposa, da irmã, ou dos filhos. Porque os pais e os maridos eram os violentos verdugos desta lastimosa execução, que é o caso mais celebrado e mais sentido que se lê nas histórias de Espanha, obrado pela conservação da fé e da castidade, entendendo que o podiam fazer, pela revelação que supunham tivera para isso o santo Abade. Havia naquela vila uma igreja, que podia bem ser que fosse a do Convento, como acima tocamos, na qual se venerava com muita devoção uma imagem da Virgem Maria Nossa Senhora, com o menino de Deus nos braços. Nesta igreja se recolheram os corpos, dando-lha por honrosa sepultura, porventura, neste mesmo lugar se poderão ter executado as mortes. Feito este piedoso estrago e usado com aquelas criaturas aquele género de cruel misericórdia se abriram as portas da vila ao som de suspiros e de lágrimas desesperadas, acometeram o campo do inimigo, que nada esperava menos de uma gente consumida com fome e trabalhos de tão largo. E como foram acometidos repentinamente, posto que tocassem arma e se acudisse com diligência a resistir, foi tal o ímpeto e a desesperação dos nossos portugueses e o estrago que fizeram nos inimigos, que já nunca os deixaram por em concerto, nem formar esquadrão, onde se reparasse a gente desordenada. Era o abade João, posto que velho, homem de grandes forças, correspondentes à grandeza do seu agigantado corpo, e tornando-lhe a justiça da causa que defendia o ânimo e o esforço que o hábito monacal e muitas abstinências lhe tinham diminuído, fazia coisas tão espantosas, que não havia resistências, nas partes em que ele e seus pelejavam. Vendo o Abade na força do combate o pérfido Culema, que animando os mouros andava refazendo os desbaratos e resistindo ao ímpeto dos nossos, o acometeu com tal resolução, que apesar dos muitos que acudiram em seu favor, lhe tirou de um golpe a vida, cortando-lhe a cabeça, deixando com este golpe tão assombrados os inimigos que esquecidos da sua multidão trataram de salvar as vidas semeados da mais lustrosa gente daquele formidável exército pondo-se numa vergonhosa fugida, deixando aqueles espaçosos campos de Montemor. E como tinham feito sobre o Mondego pontes de madeira, para passarem à outra parte buscar erva e mantimentos, fazendo por aquela parte a retirada, se arruinaram todas com o grande peso, afogando-se no rio um excessivo número de mouros. Perto de quatro léguas se fui seguindo o encalce aos inimigos e como houvesse alguns apanhados em vales difíceis de passar, lamarões impenetráveis, eram todas estas coisas socorro aos vitoriosos portugueses e ruína e fim lamentável para os mouros, que por si mesmos buscavam a morte onde cuidavam achar a vida. Vinha a noite chegando ao tempo que os mouros se retiravam pelo meio de umas espantosas brenhas, chamadas ALCOUBAZ, e o abade

João temendo que refazendo-se nelas o inimigo e ajudados pela aspereza do lugar fizessem algum dano na sua gente, que vinha desordenada no alcance e quase sem alento do muito que tinham pelejado, fez tocar a recolher num vale, onde por cessar ali o alcance dos inimigos e se gritar muito aos nossos com esta palavra CESSA, CESSA, se denominou aquele lugar do mesmo nome, que depois com a corrupção se disse CEYÇA. Fica este lugar três a quatro léguas da vila de Montemor, em que sucedeu a batalha e a rota dos inimigos, onde morreram setenta mil entre os que acabaram à espada e os afogados no rio. Ao som dos tambores e mais instrumentos bélicos, que tocavam a recolher e das vozes dos capitães, que mandavam cessar no alcance dos inimigos, se recolheram os soldados às suas bandeiras e achando vivo ao abade João e quase toda a sua gente, deram infinitas graças a Deus e passaram o que lhe restava da noite em diversos pensamentos, uns nascidos da glória de vitória tão grande. Tão inesperada; outros de lástima com a lembrança das mortes que haviam executado em suas mulheres, filhos e irmãs, na companhia dos quais lhes pudera ser este sucesso mais glorioso e alegre, como ali lho fazia triste e aguado a sua falta. Culpavam alguns a pressa e a crueldade da resolução dizendo que não haviam de tentar remédios desesperados, enquanto a aventura deixava alguns meios de salvação. Outros aliviavam a culpa, mostrando como não mereciam nome de remédios aqueles que um caso temerário livrava da própria desesperação, como fora a presente vitória que um arremesso incerto da fortuna lhes dera, em lugar da morte certa que esperavam. Nestes e noutros semelhantes discursos nascidos da variedade do sentimento de cada um, amanheceu o dia seguinte e se preparavam os cristãos para despojarem o campo dos mouros e recolherem os ricos despojos de que estava cheio. Nesta ocupação de se aproveitarem do muito [despojos de guerra] que ficou por aqueles campos andavam os soldados quando chegaram alguns a cavalo (dos que ficaram mais perto da vila e se recolheram nela, ou para lamentar sua desgraça dos corpos sem vida, dos que amavam ou para usar com eles o último benefício de amor dando-lhes sepultura), enchendo a todos de alegria e pedindo as alvíssaras ao Abade e mais capitães, que o acompanhavam de estarem vivos e ressuscitados com estupendo milagre todos os que haviam na vila deixado mortos. Como a nova era tão grande pareceu em princípio muito difícil de crer e os mais a tiveram por fabulosa e inventada pelos soldados a fim de incitarem com aquele fingido contentamento aos ânimos abatidos de tristeza a prosseguir no alcance dos mouros a vitória começada. Mas sobrevindo outros que afirmavam o mesmo e que haviam falado com os ressuscitados, se veio a tirar a dúvida e a se dobrar o motivo da alegria que tinham, correndo alguns a ver os que mais amavam livres das mãos da morte; e os outros ordenados em forma de batalha, se fizeram de volta a Montemor, não sabendo já qual havia de ser a hora, em que haviam

de chegar a ver com os seus olhos, o que ainda depois de visto pareceria ao crédito duvidoso. Penetrava o abade João (como santo) estas coisas com mais profunda consideração, descobrindo nelas as grandes mercês de Deus, vendo com quanta honra o livrara do poder dos bárbaros, são e salvo, a grande vitória que lhe dera e a admirável maravilha que obrara. Querendo pois reconhecer benefícios tão grandes com o devido agradecimento, resolveu consigo, de se entregar naquele lugar todo àquele Senhor que lhos fizera. Mandou a D. Bermudo seu sobrinho, que voltando a Montemor, com a gente de guerra, lhe repartisse igualmente os despojos da batalha e pusesse na vila o presídio, que convinha, até ordenar dela o que mais conviesse, porque a sua última resolução era acabar seus dias naquele lugar, em que Deus lhe mandara tão alegres novas. Fizeram-se da parte dos monges e dos mais capitães que acompanhavam o abade grandes instâncias, para o apartarem do seu intento, alegando-lhe razões urgentes, por onde não convinha desabrir mão das armas naquele tempo, em que se podia temer, que Abderramam afrontado de tamanha derrota viesse com novo exército sobre Montemor, que lhe seria fácil de ganhar achando-o desamparado da sua presença. Mas tudo foi debalde; porque respondeu a estas instâncias, não era abreviada a mão de Deus, nem a sua presença seria de grande efeito, onde faltasse o favor de Deus; nem a falta dela quando o tivessem propício a suas petições. E dando as suas armas a D. Bermudo, por último sinal de amor, se ficou naquele lugar vestido de hábito de monge, tão humilde e pobre nos olhos do mundo, quanto bravo e invencível parecera no dia antecedente nos do inimigo. Partindo o esquadrão da gente com a ordem que pedia o tempo e o lugar onde se achavam, chegaram a Montemor, onde cada um teve o gosto conforme a dor e o sentimento com que partira, e recolhendo os despojos se achou um grande tesouro, que repartido conforme os merecimentos de cada um, bastou para os deixar a todos ricos e satisfeitos. Ordenado tudo na forma que convinha se tornou D. Bermudo ao lugar onde deixara o tio, levando consigo os sobrinhos que haviam sido degolados e algumas outras pessoas, em que o milagre sucedera. Em todas as quais se via um fio como se de seda encarnada e sinal vermelho na garganta, donde se lhe dera o golpe. Querendo Deus que a memória deste seu benefício ficasse acreditada com tão evidente testemunho. O padre mestre frei Luís dos Anjos diz no seu Jardim de Portugal, referindo ao doutor frei Bernardo de Brito e ao padre António de Vasconcelos na sua descrição, de que poucos anos antes, em que ele escreveu o seu livro, nasceram alguns meninos na mesma vila de Montemor, com os mesmos sinais vermelhos na garganta, semelhante aos que se viram em seus ascendentes. Com que ainda nos nossos tempos quis Nosso Senhor fazer-nos lembrados daquele benefício alcançado pela intercessão de sua Santíssima Mãe. Renunciou o abade João o governo de Montemor nas mãos de el Rei D. Ramiro e a abadia nas dos

seus monges e sem querer mais que servir a Deus e a sua Santíssima Mãe, lhe mandou edificar uma ermida, em que colocou a soberana imagem de Nossa Senhora, que mandou vir de Montemor, para a ter, enquanto vivesse, à sua vista. Ali se veio, que assim a Senhora como a imagem de seu sobrinho filho tinham também nas suas gargantas os mesmos sinais dos golpes, que tinham as mais pessoas, que pelo divino poder haviam ressuscitado, para que assim soubessem todos o meio de tão assinalado benefício. Nesta solidão acompanhado de pensamentos do Céu e consolações divinas viveu o santo Abade os anos que lhe restavam de vida e sendo chegada a hora da sua morte e ditoso trânsito, acudiram os seus monges com o intento de lhe darem sepultura no seu mosteiro de Lorvão entre os abades daquela Casa. Mas ele que amava depois da morte o lugar onde havia alcançado a vida eterna o repugnou, porque depois de morto se viu no grande peso do seu corpo o pouco gosto, que tinha da mudança. E assim se viram obrigados os monges a sepultar na própria ermida e na companhia de Nossa Senhora de Seiça, onde permaneceu até aos tempos de D. Afonso Henriques. O título que a Senhora tinha antes deste milagre não consta, nem se sabe, mas depois dele sempre foi invocada com o título e nome de Nossa 135 Senhora de Seiça. Foi o sucesso da batalha e da maravilha dos ressuscitados do ano de 850, o dia se não sabe certamente, sem embargo do que alguns dizem, no de S. João Baptista.

Documento transcrito de: Cabete, António Ferreira (2015), *O mosteiro de Santa Maria de Seiça: das origens aos alvares da modernidade*. (1ª edição) Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz, [dissertação de mestrado da Universidade de Coimbra]

8.2 A lenda de D. Afonso Henriques

“Trazem os negócios sempre anexos grandes cuidados, sendo a inquietação inimiga do sossego, de que se segue não faltar penalidade a quem tem em sua conta acudir ao que sucede. Bem o experimentava el Rei D. Afonso Henriques, pois os regalos da corte, não bastavam para diverti-lo, porque a sua atenção aos bens dos seus vassallos era de sorte que só o que lhe convinha é que lhe lembrava. E assim vendo a perturbação com que se achavam, ocasionada por algumas entradas, que os mouros faziam em suas terras, e as grandes moléstias que tinha padecido nas contínuas guerras passadas eram forçoso motivo para sentisse uma melancolia que totalmente o penalizava e com as águas sejam gostoso divertimento a quem o padece, pois só naquelas vistas acha alívio, se embarcou um dia no Mondego por conselho dos médicos para que o aprazível de tão delicada campina porque corre o recreasse até salgadas do

Oceano, e foi tão salutífero o concelho, que quando el Rei chegou à Figueira ia já aliviado, que quando conforme ao achaque se aplica remédio, sempre o sucesso é ditoso, o que não tem intempestivos, porque crescem de monte a monte os danos. E como el Rei se divertisse com a pesca, desenfado do rio, quis lhe brindasse a caça da terra também ao agrado, e assim saindo por aqueles montes, foi parar a umas diversas cujas árvores por antigas e intrincadas prometiam ser moradas de feras, e quando mais enlevado na gostosa diligência de topar com elas, lhe deram notícias que ali perto estava uma antiga ermida, dedicada à virgem Nossa Senhora, em que sucediam grandes milagres e de quem se contavam prodigiosos princípios. E levado el Rei na sua devoção, mandou guiar para aquela parte, ansioso de saber com realidade o que havia, e tudo o que era e quando levava o seu cuidado, lhe sobreveio outro inesperado, porque correndo a uma lebre um dos cavaleiros, embaraçado o cavalo numa raiz de uma árvore, deu com ele em terra, ficando tão mal tratado, que todos os julgavam por defunto e assim o levaram para a ermida com o ânimo de o enterrarem nela, e el Rei sentiu de tal forma este sucesso, que assaltado de melancolia, a começou a padecer de novo, porém tanto que chegou à ermida, pondo-se de joelhos ficou livre, e o defunto tocando a terra, tornou a si, e deu louvores à Senhora, prometendo que a serviria enquanto a vida lhe durasse. Admirados com os fidalgos milagres juntos, e el Rei com as lágrimas nos olhos suspensas as vozes, falavam os pasmos, que quando se vê o que nunca se viu, é o silencio a retórica mais valente, ainda que a língua se prenda, porque não fale, e desejoso el Rei de saber a antiguidade daquele Oratório, chegou um ermitão velho, cujo vestido era sobrescrito de abstinência, em que havia muitos anos estava exercitado, e perguntando-lhe el Rei o que sabia daquela ermida, lhe respondeu com a história que do abade João se conta, que era o que a tradição publicava. Edificado ficou

el Rei de história tão prodigiosa, e movido com particular devoção da Senhora, propôs consigo de mandar fundar naquele sítio um Convento, e assim dispondo o necessário, mandou convocar oficiais, e se deu o princípio à obra, que aquelas a que a piedade encaminha, nada as embaraça, porque o mesmo cuidado as solicita, sendo tal a diligência, que não à hora ociosa. E mandando vir religiosos do convento de Lorvão, lhe entregou o mosteiro, fazendo-lhe couto por escritura na Era de César de 1213, que é ano de Cristo Senhor Nosso de 1175, sendo abade daquela Casa D. Paio Viegas.

Não viveu el Rei D. Afonso até que a obra se acabasse, porque foi Deus servido levá-lo para a glória, antes que se todo se fizesse, porém deixou recomendado a seu filho el Rei D. Sancho, que como príncipe tão católico, cumpriu à risca o legado, que como a obediência seja para os filhos o melhor abono, lhe serve a prontidão de grande crédito, porque satisfazer o que se manda, não só desencarrega, mas acredita a pessoa e sempre concilia respeitos, quem se lembra do que deixam defuntos. Sendo que há filhos, que esquecido do parentesco, obram como estranhos, porém os que a uns serve de glória que autoriza, a outros é descrédito de desonra, pois não se pode haver maior, do que faltar um filho ao que seu pai manda. Era aquele o tempo, em que os religiosos de Cister, quais cintilantes estrelas brilhavam no Céu da Igreja mais luzidias sendo tão exemplares nas virtudes, que admiravam penitentes, e como todos os veneravam, era geral a grande estimação, que deles faziam. E como esta religião de dedicava a perpétuo louvor de Nossa Senhora, lhe fez el Rei entrega daquela Casa, sendo a mesma Senhora o Orago dela, e assim fez uma solene doação deste convento ao abade de Alcobaça como se pode ser em (Frei António) Brandão na sua Monarquia (Lusitana), por virtude da qual o mosteiro de Seiça incorporado na Ordem de Cister, e sujeito aos Abades daquele grande e magnífico Convento e Escorial Lusitano. E assim o de Seiça é o padrão mais elevado do memorável triunfo que se consegui neste campo, pois mudamente aquelas pedras o publicam, não havendo como ele outro no mundo. Sendo o motivo deste edificio o mais glorioso, que os que tiveram nas suas pirâmides os príncipes do Egipto e nos seus colipeus e obeliscos os romanos, servindo todos neles à variedade, e aqui só a virtude.

Havendo tal diferença entre estas obras, como há entre a luz e as sombras pois a glória mundana é horror da mesma cegueira. Sendo tão breve, como se não fora, e menos que a amplosa da água, por exceder a exalação no correr, as águias no voar, e ao relâmpago no luzir, podendo julgar-se já fim, quando começa porque apenas principia logo acaba.

Nesta ermida se vê no tecto pintada a batalha, e posto que mudas as figuras, despertam aquelas memórias, que assombrando as idades, pasmam de as ver hoje os viventes. Nela está enterrado o venerável abade D. João. Tendo aqui o mais ilustre mausoléu,

que fabricou a arte, excedendo a todos os que levantou a seus príncipes a vaidade, pois a eles, não seria, como a estes, a terra leve.”

Documento transcrito de: Cabete, António Ferreira (2015), *O mosteiro de Santa Maria de Seíça: das origens aos alvares da modernidade*. (1ª edição) Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz, [dissertação de mestrado da Universidade de Coimbra]

8.3 Carta de Couto

Podemos encontrar esta carta no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, <https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=5864158>

“Coimbra, 1175, Mar. (A.N.T.T. Seíça, M.1 n.º1)

Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo Ámen.

Porque muito convém que cada el, dos bens que lhe foram conferidos pelo Divino Doador, faça participantes os ministros de Deus, eu, Afonso, por graça de Deus Rei dos Portugueses, para que me torne coherdeiro dos bens celestes, juntamente com meu real lho D. Sancho e minha real lha D. Teresa, coherdeiros do meu reino, faço carta de testamento e de couto a Deus e a St^a Maria de Seíça e a todos os santos de Deus cujas relíquias se veneram na dita igreja, bem como a vós, abade D. Pelágio Egas, e a todos os irmãos tanto presentes como futuros, que na mesma igreja morarem e aos que nela fórum presentes para o serviço divino, pelos termos abaixo distintamente nomeados.

Encerra-se pois este couto e dentro destes terrenos se limita: primeiro pelo Porto de Lama, depois pelo Carril velho por de cima da Barra; depois por cima do Caudão, depois pela estrada que vem de Leirena; depois por cima da mata de Seíça; depois pelo mesmo velho carril que separa Seíça de Algirides; e enfim, pela pedra do couto que foi posta em título em Porto da Barca.

Dou-vos portanto e concedo-vos tudo o que dentro dos termos do couto pertence ao direito real, a saber: a herança e o nome e tudo o que se achar de utilidade da dita igreja e dos frades que aí moram.

Se alguma pessoa quer secular quer eclesiástica, entrar violentamente nos termos do dito couto e o violar e, sem o consenso do abade e dos irmãos, fizer no mesmo couto algum mal ou algum dolo ou em consequência algo dai tirar pela força, sem o consenso do abade e dos irmãos, que pague a dobrar o que quer que daí violentamente tenha tirado. E pela violação do predito couto e da dita igreja ou aquele que a caluniar (pulsante voeem) seja obrigado a dar-lhe 2 soldos de moeda aprovada.

Foi feita a escritura do couto em C^a, no mês de março na era. Eu acima referido Rei Afonso, juntamente com o meu real lho D. Sancho e com a minha real Teresa, a vós acima nomeado D. Pelágio, bem como a vossos irmãos tanto presentes como futuros perpetuamente corroboro e confirmo esta carta de couto.

Os que estiveram presentes

D. Miguel, bispo de Coimbra, assina

D. Pedro Fernandes, copeiro da corte de D. Sancho, assina

D. Menendo Gonçalves, seu porta bandeira

*D. Gonçado Egas, copeiro de D. Teresa, confirma
Sendo testemunhas o Prior de Guimarães Pedro Amarelo, o mestre João, Fernando
Bispo, Pedro Soares, Prior de Monte-Mor, mestre Fernando, Gonçalo Fernandes.
Lavou o assento Pedro Fasion, escriba d'el Rei”*

Documento transcrito de: Silva, Inês Gonçalinho. (2019). *Da memória à reabilitação do património. Proposta para a criação de uma pousada no Mosteiro de Santa Maria de Seica*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura de Universidade de Lisboa].

Repositório aberto da Universidade de Lisboa.

<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/19238>

9. Desenhos técnicos

9.1 Lista de peças desenhadas

Proposta - painel síntese

Proposta – planta piso -1

Proposta – planta piso 0

Proposta – planta piso 1

Proposta – planta cobertura

Proposta - axonometria

Proposta - alçado Oestes e alçado Este

Proposta - alçado Sul e alçado Norte

Proposta - corte 00

Proposta - corte 01, corte 02, corte 03

Proposta - corte 04, corte 05, corte 06

Proposta – pormenor construtivos - mosteiro

Proposta – pormenor construtivos – igreja

Proposta – pormenor construtivos – pousada

Existente – planta piso 0

Existente – planta piso 1

Existente – planta cobertura

Existente – alçados Oeste, alçado Sul, alçado Norte

Existente – alçado Este e corte 01

Vermelhos e amarelos – planta piso 0

Vermelhos e amarelos – planta piso 1

Vermelhos e amarelos – planta cobertura

Vermelhos e amarelos – alçados Oeste, alçado Sul

Vermelhos e amarelos – corte 01

9.2 Peças desenhadas